

Amazônia

Navegar nos rios da cultura, da fé e da ciência

Manoel Malheiros Tourinho

Amazônia
Navegar nos rios da cultura, da fé e da ciência

Manoel Malheiros Tourinho



APOIOU A EDIÇÃO

Amazônia: Navegar nos rios da cultura, da fé e da ciência
Manoel Malheiros Tourinho

2021

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem a autorização prévia do editor

Editora: Gráfica Aquarela

Projeto gráfico, arte e editoração: Hamilton Braga

Capa: Hamilton Braga (foto: Ramison/Pixabay)

Revisão: Débora David

Bibliotecas da Universidade Federal Rural da Amazônia
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo autor pelo FCAT

T727 Tourinho, Manoel Malheiros, 16/11/1939

Amazônia: navegar nos rios da cultura, da fé e da ciência /
Manoel Malheiros Tourinho; Projeto gráfico, arte e
editoração capa: Hamilton Braga; Imagens: Ramison, Pixabay
1. ed - Gráfica Aquarela e Editora, 2021

100p. ; 148x210mm.

ISBN: 978-65-994130-3-2

1. Historia da Amazônia. 2. Comunidade ribeirinha. 3. Cultura amazônica

I. Título

CDD:333.9509811

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Letícia de Sousa (CRB-2/1549)

MANOEL MALHEIROS TOURINHO
Professor Emérito. Aposentado. Agrônomo (Bs),
Sociólogo (PhD). Pesquisador Sênior.
Projeto Várzea, ISARH/UFRA.

A Tulio,
Bel e Manu,
Águas de Igarapés
caldeadas nos rios da minha história.

Sumário

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO À RAZÃO DO TEMA	21
2. DA VIAGEM DE FRANCISCO ORELLANA	25
3. SE OS ESPANHÓIS DESCOBRIRAM O RIO AMAZONAS E AS SUAS MARGENS, MAS NÃO ENCONTRARAM O CINNAMOM, OS PORTUGUESES APOSSARAM-SE DO PRETÉRITO OCUPADO	33
4. APESAR DAS RODOVIAS, A AMAZÔNIA DOS RIOS AINDA EXISTE E FEZ COEXISTIREM CULTURA, FÉ E CIÊNCIA RIBEIRINHA...ONDE NAVEGAR É PRECISO	37
5. FLORESTAS DA SAÚDE: PLANTAS E ANIMAIS, ATIVOS DA CULTURA E DA FÉ NA CIÊNCIA POPULAR RIBEIRINHA	55
6. COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA: TRADIÇÃO PARA UMA ECOLOGIA INTEGRAL, TRANSFORMADORA E PROFUNDA	79
REFERÊNCIAS	93
PÓS-SCRIPTUM	97

PREFÁCIO

O autor, professor Manoel Tourinho, é nosso colega de causas ambientais em defesa da Amazônia. Hoje, com 81 anos, a trajetória dele perfila múltiplas missões que fizeram trajetórias do seu canto para o mundo e, depois, retornaram às origens para somar esforços no processo de defesa da natureza presente nos territórios comunitários. Esta foi a lógica de vida acadêmica-profissional do autor ao sair de Porto Velho, sua terra natal, no final da década dos anos 50 para estudar nos Salesianos do Carmo, em Belém do Pará, e ingressar na antiga Escola de Agronomia da Amazônia obtendo a sua graduação em (1963). Entre as inúmeras funções apostiladas em seu Curriculum Vitae, duas foram importantes em definir a direção do seu pensamento acadêmico, segundo relato do professor: o exercício da presidência do Comitê Científico-Acadêmico do CATIE, na Costa Rica e o cargo de Diretor Nacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em Brasília, DF. Importantes “divisores de águas” porque acederam-lhe o sinal de alerta da consciência: era hora de trilhar o caminho de volta! Após inúmeras viagens, seminários, congressos e todas experiências acumuladas mundo afora, imperativa a volta às origens, tendo como pautas prioritárias a formação de futuros profissionais das Ciências Agrárias e o desenvolvimento de comunidades rurais amazônicas, sempre pensadas numa perspectiva de protagonistas nos processos afetos aos seus interesses. Foi assim que retornou à Amazônia, mais especificamente à então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará-FCAP, Belém-PA (1993), onde atuou como Docente, e Diretor, quando desenvolveu árduo e preponderante papel no rito de passagem da Faculdade para Universidade Rural, alcançando sucesso em 2002. Ainda no período em que esteve como Reitor, desempenhou papel importante na rápida

interiorização da UFRA, na articulação institucional regional com a criação e o apoio ao Protocolo de Integração das Universidades públicas e particulares do estado do Pará e no fortalecimento da Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), instância voltada à produção de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável de países da Pan-amazônia. É Professor Titular Emérito da UFRA (desde 2010) e atualmente é pesquisador “sênior” do Projeto VÁRZEA do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos-ISARH/UFRA, grupo de extensão, pesquisa e ensino que fundou há mais de 25 anos.

Com experiências vivenciadas nas áreas das Ciências Agrárias, Sociologia Rural e Desenvolvimento Rural Sustentável, com ênfase no manejo comunitário de recursos naturais em várzeas da Amazônia, as pegadas do caminhar profissional do Professor Manoel Tourinho têm sido marcadas com um histórico de relutâncias às imposições das instâncias acadêmico-científicas, nem sempre sintonizadas com as demandas do chão da realidade. Isto é resultado do respeito e valorização do saber popular, cláusulas pétreas do seu jeito cidadão de ser. Com um pensar e agir ‘freiriano’ (Paulo Freire) enfrentou e continua enfrentando fortes embates ao persistir em preconizar que, no ato de lidar com as comunidades, deve-se partir sempre da sua realidade concreta para – diferentemente da postura basista que defende mantê-la inalterada e assim melhor manipulá-la – poder transformá-la, num processo rico e prazeroso de problematização.

É nesta linha de pensamento que o autor assinala seu conhecimento experienciado no transcórre de cinco décadas como legítimo amazônida, saber este consubstanciado pelo exercício da docência, fazendo-o inspirar-se no saber e bem viver das comunidades ribeirinhas amazônicas, de modo a embasar e expressar sua “rebeldia” em rela-

ção aos padrões convencionais de se perceber a Amazônia e projetar modelos para o desenvolvimento desta. Sendo assim, o presente livro tem caráter provocador de debate e ruptura de “padrões” que são expressos desde a forma de redação, mistura de idiomas, métodos de análise e modos de expressão. Tem o caráter de um brado de liberdade do saber, além de explicitar uma manifestação inquietante, à guisa de contraponto a procedimentos contínuos e historicamente normalizados no âmbito da Ciência.

Uma parte da obra se dedica à exposição de ideias para afirmar que o olhar disciplinar convencional não abarca a imensa realidade amazônica. Mesmo porque, sua complexidade natural, social, cultural e econômica impõe uma especial capacidade de compreensão interdisciplinar, multitemporal, holística, bom como outros conceitos que rompem as barreiras do corriqueiro fracionamento disciplinar mediante suas infinitas especializações. Apenas para mencionar um exemplo, não cabe a separação entre a Ciência, a Natureza e a Religião – “É tudo junto e misturado”.

A visão desenvolvimentista de entender a Amazônia como um território vazio e com premência de ser ocupado e “desenvolvido” é questionada pelo autor, a partir de uma reflexão sobre os relatos de bordo do navegador Francisco Orellana na passagem deste pelo rio Amazonas, no ano de 1526. Ali, foram registradas a existência de centenas de comunidades/aldeias ribeirinhas habitadas por milhares de indígenas, ressaltando o fato de essas populações saberem fazer uso das florestas, dos rios e das suas terras. Portanto, a Amazônia nunca foi vazia e o conhecimento sobre o funcionamento ecossistêmico, do manejo da biodiversidade e as relações socioambientais, envoltos com muita fé, sempre existiram. Ou seja, apenas não eram formalizados nominalmente como Ciência e Religião.

A domesticação, colonização, modernização e ou-

tras formas de intervenção na Amazônia são tratadas pelo autor como intervenções que estão levando à ruptura da sustentabilidade da maior porção das florestas tropicais, rios de água doce, biodiversidade, culturas e povos tradicionais remanescente no planeta. Vale dizer que estamos “destruindo a nossa casa” como assinala o Papa Francisco em seu “Laudato Sí”. E, nesse sentido, o autor destaca o papel da abertura de estradas rodoviárias em substituição às estradas naturais (rios), como estratégia central do modelo capitalista de “desenvolvimento” para ampliar o acesso aos recursos naturais da Amazônia, com os consequentes impactos sobre a natureza e as sociedades locais.

Para o autor, por intermédio de um diálogo horizontalmente respeitoso, é preciso confabular, interagir e navegar nos rios da cultura, da fé e da ciência para compreender e evitar a “destruição da nossa casa”, aqui tratada como a Amazônia. Um, dentre outros caminhos preconizados pelo Professor Tourinho, é valorizar para multiplicar os ensinamentos das comunidades ribeirinhas amazônicas que, mesmo passados 500 anos dos primeiros registros formais, ainda resistem em manter a cosmovisão do “Bem Viver”, onde as pessoas se organizam a partir do coletivo e cujo modo de vida busca a sua integração com a natureza, a fim de se alcançar um modelo econômico, sem a dominância exclusiva do capital.

Em resumo, temos aqui um elenco de ideias e ideais de vida com as quais comungamos e que gostaríamos de tê-las escritos.

Nosso apreço ao professor Tourinho e boa leitura.

Cássio Alves Pereira e Aliomar Arapiraca
*Agrônomos e Diretores do Instituto Iniciativa
Amazônica-INIAMA*

APRESENTAÇÃO

Este pequeno livro, editado por aqui mesmo, é um exemplar comemorativo do 50º Aniversário do Grupo de Estudos Socioambientais da Amazônia – GESA, fundado e operado por professores, alunos, técnicos de nível superior, servidores de apoio operacional, trabalhadores terceirizados, todos servidores do ensino superior brasileiro, em exercício na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Campus de Capanema. Capanema é um município do Nordeste paraense nos bordos dos Vales do rio Caeté e do rio Gurupi. Foi, em priscas eras, um ponto de acopio de produtos da terra, embarcados nos trens da Estrada de Ferro Bragança, que existiu ali por mais de meio século, para o abastecimento dos seringais do Baixo Amazonas acima, até os altos rios como o Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá, Nhamundá etc. Qual o seringueiro que não fumava ou mastigava o fumo de corda de Bragança?

Pois bem, Capanema resistiu à extinção da Estrada de Ferro e até Fábrica de Cimento teve. Em 2002 foi criada a UFRA e logo iniciou a sua interiorização. Por sua vez, campus de Capanema foi criado em 2012 e rapidamente se transformou no maior e mais ativo dos campi da Universidade Rural da Amazônia, congregando hoje 1000 alunos e 70 professores, com 6 cursos de graduação e pós-graduação. Sem dúvida alguma, uma das células acadêmicas mais ativa da UFRA-Capanema é o GESA.

O GESA foi criado em 2015, sob a inspiração do Professor Luiz Cláudio Moreira de Melo Jr., com o escopo central de promover a construção e a interação dialógica e dialética de saberes entre os alunos e as comunidades rurais. Ao GESA se associaram outros professores, expandindo a capacidade do Grupo para a produção científica de trabalhos acadêmicos, contemplando TCCs, Dissertações, Teses, vindos das orienta-

ções, estágios supervisionados e interessantes eventos científicos com temáticas interdisciplinares e permeadas pelas ciências agrárias, sociais, econômicas, políticas e religiosas com ricos debates travados entre a Ciência e a Fé. Aliás, este livro-homenagem-referência foi buscar em temas daqueles eventos o conteúdo dos ensaios que ele apresenta, todos fincados fortemente no papel das comunidades rurais, agrárias, florestais ou tradicionais, por responderem aos desafios que lhes impõe o desconhecimento das suas contribuições históricas, das invasões dos seus territórios sagrados e da remoção sempre ardilosa dos gentios e, agora, do total desprezo das suas formas e substâncias, adjetivando-as com sinônimas de atraso, subdesenvolvido, decadente, além de estrangeirismos como *backward*, entre outros. Tais ilações não consideram, entretanto, que as comunidades caminhem para ser as formas de vida futura, quando a vida simples e consensual substituirá o polimorfismo do urbano e do conflito social.

O livro apresenta 5 (cinco) partes que se articulam para dar ao leitor, sobretudo aos nossos estudantes das ciências naturais e das ciências sociais, uma ideia das articulações “benditas” entre a natureza e os seres vivos, e colocar em debate os dogmas trazidos pela dita “civilização moderna” agora diante da “pós-materialidade” esclarecida nos escritos e falas de Manoel Moacir Costa Macedo, meu colega e parceiro de diletantes “cutucadas” ao modelo capitalista de produção.

Depois de breves linhas de Introdução sobre o interesse do autor pelos temas, e que traz à lume o próprio título do livro “Amazônia: Navegar nos Rios da Cultura, da Fé e da Ciência”, cuja primeira matéria a ser comentada diz respeito aos escritos-relatos da viagem de Francisco Orellana, rio-a-baixo, dos contrafortes andinos até a grande foz do rio Amazonas. Anotações históricas de grande valor que se devem ao Frei Gaspar De Carvajal, religioso da Ordem de Santo Domingos de Guzmán, “encomendador de almas” da viagem-expedi-

ção de Orellana “descobrimo” o Amazonas. Mantiveram-se alguns textos no idioma dos livros consultados por se entender que as traduções são sempre oportunidade de desvios e interesses não manifestos.

A segunda abordagem contraria os ocupantes quando justificam que os seus atos na Amazônia decorrem do “vazio”, como se ali inexistisse ser humano. A Amazônia era uma imensidão de águas, florestas e bichos. Mas o relato do Frei exatamente mostrou o contrário: gentios tropicalizados, “amazonizados”, culturalmente vinculados à natureza e sábios em lidar com ela sem violentá-la. Há momentos em que o estudioso pode imaginar como seríamos, se a cultura incaica-amazônica-tropicalizada tivesse sido a dominante e não a europeia. Mais harmônica? Mais igualitária?

A terceira parte do livro vai na direção do enaltecimento da Amazônia dos rios em contraposição à Amazônia das estradas. A conjunção versus a disjunção. Elementos ancestrais para se entender que na Amazônia a cultura gerou a fé e ambas a “ciência ribeirinha”. Com as estradas e outros adereços da “modernidade”, destruindo todas as formas de diálogos capazes de “juntos construir estradas sim, mas estradas de libertação ao se recorrer às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade”. Daí o pleno entusiasmo pela Amazônia ribeirinha com suas Florestas da Saúde como ativos da cultura e da fé na construção e na manipulação da ciência popular-cabocla, tema comentado na quarta parte do livro. Quem pode assegurar a vigência da trilogia cultura-fé-ciência como antídoto à “deterioração da qualidade da vida humana e degradação social” senão as comunidades ribeirinhas como espaços de paz e bem viver, exatamente por não serem espaços não mercantilizados? O que nos coloca a “Laudato Sí” como reflexão “sobre a nossa casa comum”?

A quinta e última abordagem do livro diz respeito

à comunidade ribeirinha amazônica, advogando que a sua tradição e a sua manutenção são necessárias à luta contra a devastação dos bens naturais. Para isso, é passado em revista a importância desses territórios como “laboratórios vivos”, manifesta em vários estudos de cientistas nacionais e internacionais, quando avaliam as formas de vidas instaladas, acessam e perfilam os impactos de grandes obras de infraestrutura, seja no uso da terra, seja na mobilidade espacial das populações. Esses estudos podem fundamentar os cursos de programas, projetos e atividades a partir das universidades, como a UFRA, e de Grupos, por exemplo, o GESA, ensejando também a busca de novos conhecimentos. A oferta de livros aos seus estudantes leitores constitui valioso começo.

Ao fechar esta Apresentação, peço-lhes um entendimento de “paz-ciência” pelo fato de este livro se libertar de alguns cânones acadêmicos cartesianos (obrigado, Caio Fabio, pelas lições do livro “Sem barganha com Deus, 2017), porque recuso os processos de produção convencional mais afins de atender as feculências de agências ditas “científicas”, revistas indexadas e formações de Currículum tipo Lates. Afinal, professor aposentado, emérito da UFRA, não tenho barganhas a fazer com a forma literária, com as palavras, nem com editoras. Prezo assim pela minha insubordinação autêntica. Por isso, entre outros “desvios”, das obras consultadas, apenas elenco as referências utilizadas no final do livro. Silvio e Magda, ao navegarmos juntos, pelo apoio nas tempestades e calmarias, gratidão!

Boa leitura e meu apreço por todos leitores! Parabéns ao GESA e ao Professor Luiz Cláudio, pela contribuição oferecida nesse primeiro lustro de vida do Grupo.

Belém, 01 de março de 2021.

Professor Manoel Tourinho, PhD

*Pesquisador Sênior do Projeto Várzea,
ISARH/UFRA.*

“Todos os rios vão para o mar, e, contudo, o mar não se enche. Os rios tornam ao mesmo lugar de onde saem, para tornarem a correr”.
(Eclesiastes, cap. I, vers.7)

Hamilton Braga



1. INTRODUÇÃO À RAZÃO DO TEMA

Nasci dos rios. Rios da Amazônia: o Madeira, cujas águas me trouxeram ao mundo; o Negro e o Amazonas, por onde passei várias vezes; o Nhamundá, o Tapajós, o Xingu, o Tocantins, o Acará, o Moju, o Guamá, o Capim. Lá por cima, nos fraldões dos Andes, o Yucaiale, o Marañon, o Beni, o Juruá, o Javari, o Purus. A viagem épica no Solimões ou Amazonas, desde Iquitos até Santa Rosa, na cheia do grande rio, margens inundadas, vida, cultura e fé, em barco com motor de popa. Nos contrafortes do escudo das guianas, o Arapary, o Orenoco, o Jari.

Aqueles nativos amazônidas, amazonenses, amazoninos, asseguram que nas suas veias não corre sangue, mas água dos seus rios. Nossa naturalidade não nos é posta pela localidade onde viemos ao mundo, mas sim onde as águas nos entregaram ao mundo. Isso é “a noção do jus soli que se priva do seu conteúdo sentimental em detrimento do rio”: Rubens Rodrigues Lima, agrônomo, que representa para os pesquisadores mais novos “um exemplo de vida e dedicação, de valores morais, um capital intangível bastante escasso neste país”, segundo Alfredo Homma, era um Acreano do rio Purus. Almino Monteiro Alvares Affonso, não das ciências agronômicas como Rubens, mas das ciências políticas, é um amazonense do rio Madeira e assim por diante.

“E por sobre a vastíssima baixada passam desimpedidamente os ventos oceânicos, edificando montanhas majestosas e nuvens, e irrigando, dia por dia, as florestas que se embebem, como uma esponja umedecida, do líquido celeste, e, depois, conduzem-no aos rios”. (HANS BLUNTSCHLI, 1964)

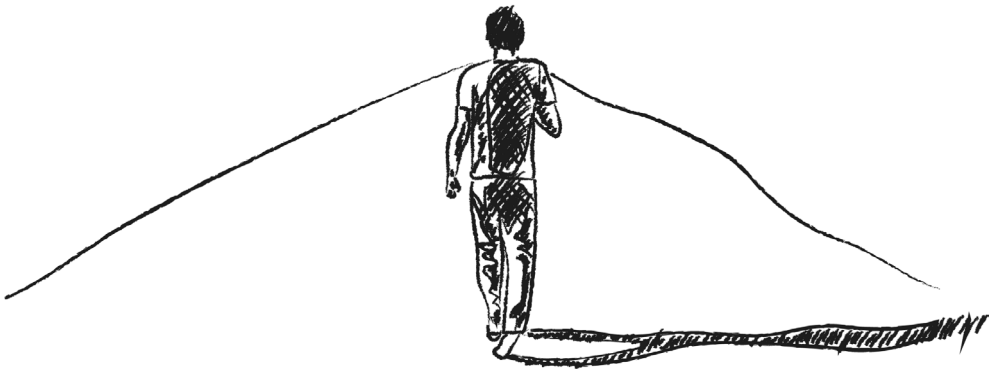
...nos tombadilhos dos vapores viajantes...

O meu apreço pelo tema vem de duas fontes: a primeira, a minha localidade de nascimento, Porto Velho, no rio Madeira até 1955, quando a deixei para vir para Belém do Pará a fim de completar meus estudos do colegial, o curso científico, no Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo. Quando parti, Porto Velho ainda tinha “cheiro de comunidade”, e os eventos sociais mais importantes repousavam nas chegadas e saídas dos trens da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) vindos de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia; nas chegadas e saídas dos Navios do Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP) que ligava a minha pequena cidade às metrópoles de Manaus e Belém. As chegadas eram alegrias e as partidas eram saudades. As inesquecíveis festas religiosas do lugar organizadas pelo calendário litúrgico salesiano: arraiais, novenas, procissões.

A outra, minha trajetória acadêmica já estudante de Agronomia na Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), hoje UFRA, onde duas obras, especialmente duas, fizeram pulsar a minha vocação. O amor ao rio me fez ler e estudar “O rio comanda a vida” de Leandro Tocantins; e a grande afeição à minha cultura fez-me ler e estudar a obra de Charles Wagley e Eduardo Galvão: “Uma comunidade amazônica; um estudo do homem nos trópicos”. Essa pluralidade do ribeirinho, do agrônomo, do sociólogo me tornou um apaixonado pelas comunidades ribeirinhas tradicionais. Vejo-as sempre passar nos tombadilhos dos vapores viajantes, num tempo da Amazônia dos rios, onde o rio comandava a vida, conforme Tocantins, Wagley, Galvão, Arthur Cesar, Vitor Hugo, Benchimol, Thiago de Melo, Paes Loureiro, entre tantos da história e do contemporâneo.

***A vida não é
sobre metas,
conquistas
e linhas de chegada.***

***É sobre
quem você se torna
durante a caminhada.***



2. DA VIAGEM DE FRANCISCO ORELLANA

ACCOUNT - WRITTEN BY FRIAR GASPAR DE CARVAJAL,

a friar of the Order of Saint Dominic of Guzmán, of recent Voyage of Discovery down the famous great river which Captain Francisco Orellana, by a very great piece of good fortune, discovered, starting at its source and coming out at the sea, accompanied by fifty-seven men whom he took along with him, having launched forth at random upon the said river, which from the name of the captain who discovered it came to be called the Orellana River. (HEATON, H.C.1934)

A referência acima tem um escopo apenas: reforçar o que foi a descoberta do grande rio como oposição ao ideário militar colonizador de uma Amazônia vazia, sem cultura e sem fé e tradições. Desde que os brancos “spaniards” por aqui chegaram e iniciaram o processo de observação, localização e saque de riquezas minerais como ouro e prata, que eles se defrontaram com habitantes naturais, os Incas, povos andinos muito mais civilizados e inteligentes que os chegantes europeus. A descida da Cordilheira até a planície e a descoberta de rios imensos e caudalosos, entre estes, o Napo, é descrita pelos missionários católicos, integrantes das expedições de descoberta e ocupação. Um desses relatos, talvez dos mais completos, foi editado por H. C. Heaton, professor de Línguas Românticas da Universidade de New York e publicado pela American Geographical Society, 1934, que traz o título: “The Discovery of the Amazon: According to the Account of Friar Gaspar

De Carvajal And Others Documents". No capítulo "The Voyage Down River", são inúmeros os relatos do padre missionário sobre a presença de índios e vilas, de diferentes grandezas e localizações. Vejamos:

- Orellana e seus companheiros deixaram a vila do Apária em 2 de fevereiro de 1524; cerca de 20 léguas rio abaixo, chegaram à foz do rio Curaray, moradia de um importante chefe índio da tribo dos Irimaraes que Orellana desejava visitá-lo porque "he was an Indian and overlord of much intelligence".

- They passed the night in another village near-by [...] in the morning the expedition [...] moved on toward a large village [...] where they stayed three days, fêted by its inhabitants.

- Finalmente, no dia seguinte, domingo, 11 de fevereiro de 1524, a pequena esquadra adentrou as águas do Marañón ou Amazonas.

- For two weeks they continued on downstream in sight of several villages which could be seen situated along the shores; on the Sunday, February 26, in the morning, canoes occupied by Indians came out to meet them, bringing as presents some turtles, birds and fish [...] and here Orellana, guided by Indians, made port.

- Considerando a oportunidade favorável, Orellana apresentou aos seus companheiros a possibilidade de construir uma embarcação, uma brigantina [...] importante para navegação rio abaixo, com capacidade de resistir a futuros ataques de índios hostis e mais adiante resistir às batidas das ondas do mar.

- At the end of a week the required timber was already cut; they made the charcoal [...] manufacture of the nails and other iron piece [...] cotton was used for oakum; resin from the forest trees, which the Indians found for them, served as tar; and thanks to the enthusiasm of all, in forty-one days they build the brigantine [...] better and

much larger than the one which they already had [...] Orellana gave orders for departure for the 24th of April.

- A paria em pessoa veio trazer provisões recolhidas na vila logo rio abaixo; um sinal do bom tratamento dispensado enquanto eles estavam atravessando as regiões sujeitas a ele. Daqui a diante, disse Frei Carvajal: vamos ter que suportar mais dificuldades e mais fome e passar por regiões mais desabitada que antes porque o rio corre entre florestas e nós não descobriremos lugar para dormir ou pescar, assim é necessário guardar a nossa costumeira ração de ervas e milho assado.

- Amidst all these hardships they were proceeding on May 12 they caught sight of the village of Machiparo, of which they had already been informed in Aparia. Here the Indians came out to attack them at an inopportune moment for their powder being damp, the Spaniards could not use their arquebuses but only their crossbows, which, however, were sufficient to drive the enemy and to permit them to make port in a village...

- A partir desse evento de luta, 24 de maio de 1542, Orellana e seus companheiros enfrentaram muitas dificuldades com inúmeras batalhas contra os nativos indígenas, ora de dia, ora de noite. Por vezes, encontravam grande número de vilas, "very large villages", cujos habitantes tanto os ajudavam como os atacavam...

- Nevertheless, the Indians still continued to harass them for two days and two nights, without giving them a moment of repose, at the end of which Orellana and his men reached the farthest limit of dominion of the warlike Machaparo.

- Mais abaixo, eles se depararam com outra vila pertencente a uma diferente tribo e os expedicionários tiveram que tomar pela força das armas a fim de proporcionar a eles o que mais necessitavam, o descanso; e após

descansarem por três dias e abastecerem-se de alimentos, voltaram a viajar no dia 16 de maio, evitando contudo encontro com os habitantes das inúmeras vilas existentes em ambas margens do rio, domínio do país dos Omáguas, até chegarem ao país que pertencia ao Chefe Paguana, onde foram recebidos de maneira hospitaleira.

- On the 29th of that month they landed in a small village which they occupied without resistance, and on June 3 they came in sight of the mouth of the Rio Negro. They rested the following day [...] on Monday the 5th they made port in a medium-sized village [...] where they continued to lay in food supplies [...] until the 7th when they sustained a night attack from the Indians [...] and a certain number of Indians were taken prisoners and hanged at once.

- Ao amanhecer do décimo dia, eles avistaram a foz de um rio com grande volume esvaziando na direção que haviam procedidos; eles deram a isso o nome de Grande, hoje conhecido como Madeira. No décimo terceiro dia, avistaram ao largo uma grande vila, fortificada e situada em um ponto alto; vendo o estilo, imaginaram ser a fronteira de uma outra província, e, no décimo quarto dia, eles avistaram outra vila [...] e com o propósito de procurar comida eles incendiaram uma grande cabana [...] várias mulheres e crianças morreram queimadas.

- On the 24th they were again engaged in combat by the Indians, captained this time by so-called Amazons, the result of the Fighting being that several Spaniards were wounded, among them Friar Carvajal... Hard pressed in this way, Orellana was obliged to redouble his precautions and continue the journey without landing in any settlement, even though the provisions were becoming very scarce, for fear that the Indians might kill of his soldier...

- [...] Orellana teve a brigantina atracada em árvo-

res de uma ilha na foz de um grande rio (aparentemente o Tapajós) e teve uma grade construída ao redor dos barcos para defender seus homens das flechas envenenadas dos nativos; mas não foi suficiente [...], os índios com suas flechas mataram um de seus soldados, Garcia de Sória, que faleceu por causa do veneno em 24 horas.

- In the midst of these misfortune, however, the expeditioners were beginning to feel more cheerful on noticing that they had now reached waters in which the rise and fall of the tide could be felt, indicating that they could not be far from the Atlantic. They then crossed over the opposite side of the river, still avoiding the inhabited places, and there, having gone on downstream for several leagues keeping away from the shore, through a region in which the villages that they saw were some distance inland from the river and the country was beginning to appear cleared of the wood which usually covered the banks, they rested two days.

- A partir daí o aspecto do cenário mudou radicalmente. As savanas e a barranca (high banks) foram substituídas pelas várzeas (lowlands), e o rio foi sendo cortado por numerosas ilhas ocupadas por poucos habitantes; e eles começaram a navegar entre as ilhas, procurando alimentos e de onde eles podiam ver sem perigo, e “devido ao fato de as ilhas serem numerosas e muito grandes”, disse Frei Carvajal... Continuamos a nossa jornada como era de costume [...]

- [...] because just as our companions leaped out on land they encountered the Indians [...] and thinking that they were safe, started in to collect food. The Indians, as they were in great number, came back a tour companions and [...] with the Indians in pursuit of them [...] The large brigantine still remained to be repaired, and to do this they went on downstream in search of a beach where they

could haul it out; and, when they had found one, in fourteen days both brigantines were entirely repaired [...] At last, on August 8, they moved away from that place [...] They still found a few villages inhabited by tractable Indians who had hidden their stores...

- Finalmente, em 24 de agosto, eles chegaram à foz do rio, depois de todos obstáculos que a natureza e o homem tinham colocado no caminho deles até aquele momento [...] Equipamentos: velas, bombas, lemes reparados, no dia 26 de agosto, um sábado, logo cedo, antes do amanhecer, os duas brigantinas soltaram suas velas e avançaram mar a dentro entre a grande ilha do Marajó e outra menor localizada no sentido do Norte. *O tempo marcado era de seis meses de viagem descendo o rio Amazonas, desde suas nascentes no Peru, até a sua foz no Brasil. O Ano era de 1542; o Século era o XVI. 42 anos após o descobrimento do Brasil. O rio Amazonas estava descoberto pelos europeus espanhóis. O território já estava conquistado. A conquista do mesmo pertencia aos povos indígenas que habitavam as suas margens e floresta, desde a seu nauta nos Andes até a sua Foz na Ilha do Marajó.*

Para o leitor da obra sobre a viagem de Francisco Orellana, fica nitidamente visível a verdade da existência de uma enorme população nativa, habitante das margens do rio Amazonas, inicialmente chamado de Marañon, depois rio de Orellana e finalmente Amazonas. Foram várias as visualizações de vilas indígenas, algumas ligadas por estradas. A maioria dessas vilas, porque assentadas nas barrancas do rio, foram locais de atracação para abastecimento da expedição de Orellana ou até mesmo para breves dias de descanso, quando o acolhimento manifesto pelos índios permitia. Aliás, é digna de dedução a menor beligerância das tribos mais coladas aos contrafortes amazônicos dos Andes, também mais organizadas do ponto de vista

das lideranças, caso de Apária, em cujo território de mando os espanhóis sempre foram bem recebidos e providos de informações estratégicas para a continuação da viagem rio abaixo, além de terem suprimento ofertado com produtos da floresta e do rio, tais como frutas, raízes, aves e peixes. Seriam as tribos do hoje Alto rio Solimões, portadores de um outro nível de sociabilidade, digamos, uma sociabilidade mais andina bastante diferente de uma sociabilidade dos baixos alagados estuarinos dos grandes rios, afluentes do Amazonas, em ambas as margens, como o Madeira, o Negro e o Tapajós.

O fato é que na medida em que a expedição avança no seu curso Leste rumo à foz do rio Amazonas, as lutas se intensificam mais, as baixas de expedicionários passam a acontecer por motivos das batalhas travadas com os indígenas; as flechas envenenadas são às vezes mortais ou abatem a capacidade de trabalho dos marinheiros. O grau da animosidade vai aumentando e a busca de alimentos passa a ser uma guerra, sobretudo quando a falta já ameaça a própria sobrevivência dos expedicionários de Orellana. Ocasões surgiram em que os navegadores tiveram que lançar mão do conhecimento que os indígenas tinham sobre a natureza. Fabricação de embarcações com capacidade de navegação e carga para longo curso ou reparos no casco das embarcações exigiam conhecimento sobre a melhor madeira para aquelas finalidades; fabricação de carvão vegetal para uso em serviço que exigiam aquecimento de ferramentas, resina a ser empregada como calafetadores (piches), madeira para o “mastreamento” de velas de navegação, material vegetal para uso em reparos das velas, entre outros. Portanto, os europeus recorriam ao conhecimento dos indígenas para localização da espécie vegetal adequada e emprego desta, além das “artes de ofícios” passadas pelos nativos. Esses conhecimentos e artes

desceram com as águas dos rios e espalharam-se por todo o vale amazônico. Samuel Benchimol (2009) nos apresenta esse todo como **ciência, vivência e experiências indígenas** incorporadas à nossa formação social e cultural, ainda que tantas delas, expropriadas e patenteadas pelo capitalismo, nos tenham sido oferecidas depois, embrulhadas em papéis coloridos de alienação e mais-valia.

3. SE OS ESPANHÓIS DESCOBRIRAM O RIO AMAZONAS E AS SUAS MARGENS, MAS NÃO ENCONTRARAM O CINNAMOU, OS PORTUGUESES APOSSARAM-SE DO PRETÉRITO OCUPADO

Quarenta e dois anos depois do Brasil ter sido descoberto pelos portugueses, os espanhóis já viajavam pela Amazônia continental. Os lusitanos acordaram para “el dourado” após manifestações militares de ocupação por franceses, ingleses, holandeses e até mesmo irlandeses católicos, todos interessados nos relatos de Frei Carvajal. Mas, se os espanhóis não exerceram nenhuma missão evangelizadora em suas primeiras expedições – Frei Carvajal foi apenas o “encomendador” das almas” dos mortos de Orellana e celebrante de liturgias dos dias santificados –, os portugueses quando chegaram, chegaram para ficar e dominar, e já trouxeram nas suas naus padres missionários, imbuídos do sentimento camoniano de levar a fé e o império a essas paragens longínquas, por isso o Professor Nelson de Figueiredo Ribeiro (2005) escreveu que

o missionário foi o maior agente da ocupação efetiva da Amazônia pelos portugueses. Vivia-se o tempo de união entre a Igreja e o Estado. O missionário era, portanto, um integrante necessário das expedições portuguesas que objetivavam a descoberta de novas terras e sobretudo a conversão dos que as habitavam (RIBEIRO, 2005)

Os grifos foram apensados às palavras por entendermos que a terra já estava descoberta pelos habitantes originais, os indígenas, povos deístas, tinham seus deuses mitificados em figuras da natureza. Assim, o autor deste

trabalho acadêmico, militante da filosofia religiosa apresentada pelo Papa Francisco I, na exortação “Laudato Si” (2015), na qual nos pede para enxergar a natureza como um obra da criação divina, pois “a terra existe antes de nós e foi-nos dada”, enxerga em cânticos indígenas o cuidado e a reverência do índio com “a nossa casa comum” onde eles veem a figura de Deus no Todo. Etnias indígenas do Tapajós, dos rios Mampurú-Arapiuns, assim se expressam no reconhecimento ao Criador:

“Tupã está no Céu/ Tupã está na Terra / Tupã está na Mata / Tupã está no Rio / Tupã está em mim / Tupã está em ti / Tupã está em nós”

Uma bela expressão sobre a “casa comum” onde perfilam o Deus criador, a Natureza com suas manifestações cósmicas e o Homem, seu guardião. Então: Quem precisava de conversão? Conversão histórica e religiosa? Igreja e Estado agindo juntos – fé e poder – a quem interessava mais a conversão?

Quando se busca referência sobre a geopolítica amazônica, uma delas é a obra de Ribeiro (2005), usada para o entendimento da expansão do cristianismo católico na Amazônia a partir de uma combinação de fatores políticos, como a fundação da cidade de Belém em 1616, a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1621, e quando, a partir de 1623, os governadores passaram a permanecer mais tempo em Belém do que em São Luís.

É importante frisar que as decisões tinham motivos geopolíticos: expulsar da foz do Amazonas outros ocupantes europeus, que já haviam estabelecido feitorias ao longo do rio; descobrir novas terras e produtos; e a promover a cristianização dos índios, sendo necessário para este último objetivo, contar com a ação dos religiosos que, apesar

de também servirem ao Estado português, dependiam de autorizações oficiais – cartas régias – para empreenderem a pacificação e a conversão dos indígenas. Duas dessas concessões missionárias feitas ao longo do século XVI e XVII, foram dadas aos frades jesuítas e franciscanos e compreendiam áreas das regiões do Cabo Norte, do Salgado, a Bragantina, a Ilha do Marajó e adjacências, regiões de interesse deste estudo, tendo em vista que, segundo Ribeiro (2005), a participação das missões no processo de ocupação, pode ser aferida pela quantidade de cidades, vilas e povoados implantados pelos aldeamentos realizados pelos missionários com finalidades religiosas e econômicas, como a produção primária de alimentos vegetal e animal, a busca de “drogas do sertão” com a organização dos “descimentos” e onde o índio tinha papel indispensável.

Pontua-se aqui forte razão porque os religiosos se opunham fortemente ao tratamento escravo que o colonizador português terratenente e mesmo o Estado português preferiam para os índios. Em os “Desbravadores”, Victor Hugo (1991) comenta que, na “Feliz Lusitânia”, os missionários encontraram um Procurador do Povo que se opunha à conduta dos religiosos em relação ao assunto. Conforme a descrição dos frades, o Procurador era “homem grosseiro que nem sabia ler nem escrever, receoso de que eles se opusessem a sua ‘rapacidade’ no cativo dos índios”. Por essa razão não quis. “Os escravos são homens, não pessoas” axioma da lei romana que estava em plena atuação. “Aliás, todas as ordens religiosas lutavam pelos direitos e pela liberdade dos índios, contra colonos cruéis e injustos, se bem que favorecidos pela legislação dum governo desassisado”.

O texto dos “Desbravadores” refere-se aos anos 1615/1618, portanto 350 anos são passados. O autor deste trabalho indaga: O que nesses três séculos mudou radicalmente assegurando aos indígenas direitos sagrados de do-

nos da terra? A Igreja Santa Católica luta até hoje a favor dos Índios. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é reflexo de luta histórica e não de posição política contemporânea; é a ancestralidade da e na Igreja; é Teologia, é Luta, é Libertação.

O referido artigo, com comentários e narrações bibliográficas, tem o seu marco de interesse assentado no fato de que essas concessões missionárias, vindas desde os Século XVI e Século XVII, prenhas de cidades, vilas e povoados ribeirinhos são portadoras de sinais visíveis de cultura, de fé e de ciência que interessam a estudos conduzidos pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) há 25 anos. Essa trilogia, herdada dos primitivos moradores indígenas, brancos europeus e mais tarde dos negros africanos, possibilitou uma cruzada de sangues geneticamente diversos, mas bem decifrada por Benchimol (2009), para mostrar como fomos social e culturalmente formados, além de apontar as habilidades e sensibilidades daí advindas.

Ainda hoje, em pleno Século XXI, esse melting pot. é largamente percebido a “olhos nus” nas vilas e povoados das zonas ribeirinhas dos rios, furos e paranás do estuário amazônico, localizados nos estados do Amapá e do Pará, integrantes dos cenários geográficos das regiões do Braço Norte, Salgado, Bragantina e das inúmeras ilhas do arquipélago do Marajó, Caviana, Mexiana, Bailique e Afuá, territórios incorporados pelas concessões missionárias concedidas aos frades jesuítas e franciscanos.

4. APESAR DAS RODOVIAS, A AMAZÔNIA DOS RIOS AINDA EXISTE E FEZ COEXISTIREM CULTURA, FÉ E CIÊNCIA RIBEIRINHA...ONDE NAVEGAR É PRECISO

Essa Amazônia é a Amazônia fluviomarinha que se estende da foz do rio Amazonas, desde os rebatimentos com o Oceano Atlântico até o segmento do rio onde fica a jusante da sua confluência com o rio Xingu. Nesta geografia, são dominantes paisagens de planícies, baixas e curtas colunas de terras altas argilosas, todas alagadas pelo regimes das marés de preamar e baixa-mar, descritas por Lima, Tourinho e Costa (2001) como “Várzeas Fluviomarinhas do Estuário do Rio Amazonas”, embora na margem esquerda haja presença de bancadas de terra-firme, altas, lateríticas, que serviram então para construções de fortificações militares no Gurupá e no Macapá.

Esse estuário do rio Mar que começa quando as suas águas se juntam às do rio Xingu – último grande afluente pela margem direita – na altura da cidade de Porto de Moz – vai se alargando, num percurso de 380 km, até a linha oceânica. Foi o primeiro cenário onde a fé e o Estado se mobilizaram juntos para a busca das “drogas do sertão”, terras novas selvícolas a serem incorporadas à coroa lusitana e para a “salvação”. Devido à grande orografia, o estuário amazônico foi mais preservado dos assaltos à natureza e estimulado pela implantação dos eixos rodoviários ditos de integração. Exceto a bordadura Sul correspondente hoje à região do Salgado paraense que se integra à rodovia Belém-Brasília, à rodovia Macapá-Oiapoque e a outras de menores expressão. Essas são razões que favorecem ao viajante, ao navegador e ao estudioso o encontro com traços singulares da Amazônia estuarina pré-colonial e colonial, paraense e amapaense. Uma dádiva divina que

Leandro Tocantins, autor de “O rio comanda a vida”, em sua 7ª edição (1983), ao defender a natureza contra os depredadores que a maculam, diz ser preciso respeito ou um amor um tanto místico pelo meio ambiente. Afirma ainda:

[...] Prego uma política realista, humana – franciscana – para a Amazônia. Alardeio a consciência nacional sobre as ameaças de um neocolonialismo sob diversas formas, [...] destaco os valores históricos, culturais, paisagístico a preservar e a desenvolver dentro da matriz regionalmente brasileira... (TOCANTINS, 1983)

Na abordagem conduzida neste trabalho, a CULTURA determina a FÉ e ambas determinam a CIÊNCIA popular. Percepção defendida pelo autor desta monografia, do mesmo modo que no ensino superior a extensão deve sempre preceder a pesquisa e o ensino.

- To Pitirim Sorokin (1889-1968), the process of human interaction involves three essential elements: human actors as subjects of interaction; meanings, values, and norms that guide human conduct, and material phenomena that are vehicles and conductors for meanings and values to be objectified and incorporated into a sequence of actions... Hence, in Sorokin's sociological thought the emphasis is on the importance of CULTURAL FACTORS, that is, of superorganic elements of interaction, as determinants of social conduct.

Importante é o conceito de cultura quando se estudam as comunidades ribeirinhas tradicionais, quando se analisam os sistemas sociais dessas vilas e povoados. Para Bredemeier e Stephenson (1962), o significado de cultura encerra um conjunto de símbolos incorporados aos coletivos comportamentais (cognitivos) e aos artefatos que o

homem fabrica a partir da natureza.

Charles P. Loomis (1960) remarks in his seminal work on *Social Systems, Elements, Processes, and Patterns*; that culture has been classified into *non-material* in contrast to the material by Ogburn and others; and the classification of human activity into *culture and civilization* by MacIver and Weber [...]. Consider, for example, the distinction between the artifacts of *civilization* – including (computers) [...] and easily transferable – and those of culture – including poems, games, philosophies.

Nas montanhas andinas, pode-se caminhar de uma comunidade onde os camponeses usam as mais primitivas ferramentas para produção até aquelas onde experimentam tratores modernos [...], porém o uso de moderno equipamento vai requerer uma completa reorganização do sistema social do camponês. A organização cultural existente cede espaço para uma desorganização que gradualmente vai diminuindo a interdependência dos vários elementos da cultura anterior.

A cultura, peça fundamental no estabelecimento dos níveis de vida e da sociabilidade, é abordada por Antônio Candido em sua obra de raiz sobre o campesinato e suas comunidades no Brasil. Em “Os Parceiros do Rio Bonito” (2017), estão explícitas algumas considerações sobre a relação “cultura local *versus* cultura exógena”, invasora, quando essa relação é olhada sob o ângulo do equilíbrio entre necessidades do grupo social e os recursos do meio físico. A supressão da cultura local e a prevalência da dominação aculturada implicam sempre que o grupo social local perderá o controle da eficácia desse equilíbrio, justo porque o equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e a satisfação, entretanto, acontece que ambas, devido à violência da aculturação, colocam-se fora do controle do grupo social local.

Desde a descoberta do rio Amazonas, desde o período colonial até os dias de hoje, o conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia têm muito da cultura indígena. Samuel Benchimol (2009) comenta a existência de uma linha de transferência da cultura indígena para os nossos caboclos, seus descendentes, cuja reprodução social se dá em íntimo contato com o ambiente físico e biológico. Embora acentuadamente marcante nos primórdios coloniais, a cultura “brasilíndia” foi sendo achatada pela ideologia exógena da fé e do império que acabaram por desintegrar essa identidade.

Quando os tempos modernos chegaram à Amazônia, fase da Amazônia das estradas, essa cultura virou símbolo de atraso, segundo a adoção dos postulados norte-americanos de desenvolvimento, os quais, agora com a globalização, são objetos, alvos de curiosidade, peças de museus etnográficos, símbolos exóticos, entre outros adjetivos. Interesses residuais. Nas pequenas comunidades tradicionais, fora das obras de “integração” de qualquer natureza: estradas, hidrelétricas, barragens, minerações ainda é possível encontrar vestígios dessa cultura ancestral, embora por motivos puramente comerciais permaneçam na música, na dança, na comida e na religiosidade sincrética. Ao comentar sobre o assunto, Benchimol (2009) nos apresenta 27 (vinte e sete) heranças culturais indígena-caboclas como contribuições relevantes. Vinte e quatro delas são aportes da cultura material; apenas três dizem respeito à cultura não material. Fácil de encontrá-las quando se navega na grande baía marajoara. Essas heranças são símbolos vivos da aliança que a “Laudato Sí” (2015) nos clama a refletir.

Ao longo da história, a FÉ e a prática religiosa têm sido partes importantes das sociedades. A fé teria surgido primeiro, depois as religiões em torno dela. Ambas consideradas ingredientes seminais para a evolução da espécie humana, mas difícil é determinar em que ponto da evolução começaram a surgir as primeiras religiões organizadas. A fé, por sua vez, pode ter surgido como uma adaptação vantajosa da seleção natural, facilitadora da coesão grupal, da sobrevivência e da reprodução social, segundo Pablo Santos (2020). O animismo, prossegue, que é a crença na existência de uma força vital ou alma em todos os animais, plantas ou mesmo acidentes geológicos e fenômenos naturais, possuindo estes uma vontade própria, é o tipo mais difundido e antigo de crença, base para o crédito no sobrenatural ou místico; a crença no além ou na vida após morte. Enterros que os nossos parentes neandertais realizavam tinham um sentido afirmativo da vida pós-morte.

Tridimensionalidades são frequentes nas representações simbólicas de fatos e fenômenos da natureza e da metafísica, inclusive em relação à espiritualidade, como forma de traduzir suas essencialidades, diz a professora Maria das Dores Correia Palha (2009) da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), ao arguir que:

tríades simbolizam planos espirituais como a santíssima trindade do cristianismo e o tríptico místico-filosófico Hanan Pacha, Kay Pacha e Uku Pacha, que está presente na cosmogonia andina, respectivamente representado por três animais, o Condor (Apu Kuntur), o Jaguar (Uturunku) e a Serpente (Amaru), que representam os reinos da natureza: vegetal, animal e mineral; e estão nos planos da psiquê, compreendendo a personalidade em seu id, ego, superego... (PALHA, 2009)

Ou seja, a fé é um subproduto do surgimento de habilidades cognitivas como parece ser o caso das populações andinas encontradas pelos espanhóis. A fé se aceita como indutora da religião e não o contrário, mesmo assim, como ela nasce e cresce é algo para além de constatações empíricas. Não há como explicar o inexplicável, o misterioso. Qual então é a origem da fé? A resposta:

Lembre-se aqui o momento bíblico em que Jesus, no auge do sofrimento físico e psicológico, pergunta a Deus: “Por que me abandonastes?” Cristo morreu sem resposta para a sua incerteza. Mas em sua última frase, dita ainda na cruz, retomou a força brutal da fé: “Nas tuas mãos eu entrego meu espírito”. Jesus Cristo entregou tudo que tinha a Deus. Até mesmo sua racionalidade (LOPES, 2015).

Possuíam os indígenas, habitantes das margens do rio Amazonas, manifestações de fé? Talvez a melhor resposta fica à consciência de cada um leitor.

Recorremos a Emile Durkheim (1977) para os entendimentos do **papel da religião** no processo de ocupação da terra e seus desdobramentos até os dias atuais. Por que Durkheim? Um dos autores clássicos da sociologia que melhor estudou a religião nos aspectos da funcionalidade dos sistemas sociais das sociedades antiga e moderna. “In the past, he (Durkheim) argued, religion had been the cement of Society – the means by which men had been led to turn the everyday concerns in which they were variously enmeshed to a common devotion to sacred things.”

Desse jeito, retirando os homens da esfera da preocupação utilitarista da vida diária, a religião tem sido uma força par excellence anti-individualista, inspiradora de devoção comunitária (Igreja) com propósitos éticos que transcendem propósitos individuais. Seria o fim da tradi-

ção religiosa o prelúdio da dissolução da moral coletiva favorecendo um estado de anomia social?

“Durkheim sociology of religion [...] of his monumental work on *The Elementary Forms of Religion* [...] is concerned with elucidating the particular functions of religion [...] four major function of religion as disciplinary, cohesive, vitalizing, and euphoric social forces [...] Religious rituals prepare men for social life [...] self-discipline and a certain measure of asceticism [...] and revitalize the social heritage of the group [...]. Finally, religion has a euphoric function in that it serves to counteract feelings of frustration and loss of faith and certitude by reestablishing the believers’ sense of well-being, their sense of the essential rightness of the moral world of which they are a part”.

Entender em nível de **comunidades ribeirinhas**, objeto deste trabalho acadêmico, as funções e a influência conjunta do binômio **fé-religião**, porque se colocam em interpenetrações profundas, misturam-se de modo quase imperceptíveis, até promíscuos, é lançar mão da teoria dos sistemas sociais, por duas razões: a melhor maneira de se visualizar o papel da religião em um sistema político qualquer é o seu papel funcional ao sistema; e, logo, como se manifesta a interoperacionalidade dela na tipologia apresentada por Ferdinand Tonnies – *Gemeinschaft und Gesellschaft* – como categorias sociológicas comuns que expressam diferentes modos de mentalidade e comportamento, modos muito a ver com a fé, religião e religiosidade, nos dois diferentes tipos de sociedade: “Even though most of the commentators on Tonnies’ works recognize the importance of dichotomy *Gemeinschaft* based on natural will, and *Gesellschaft*, base on racional wiil...” (TONNIES, 1957).

Em *Gemeinschaft* ou comunidade predomina a vontade natural, as relações são de consanguinidade, coabita-

ção territorial, vizinhança integrativa, são relações que têm valor por si mesmas, não dependem de fatores externos promotores. As nossas vilas e povoados ribeirinhos podem ser tratados como pertencentes a essa categoria, na qual se pode destacar a religiosidade como fator aglutinador. Na categoria *Gesellschaft*, de acordo com Tonnies, é dominante um estilo de vida de interdependências típicas da vida urbana moderna, caracterizadas por relações utilitaristas, sem ênfase nos vínculos por afinidade ou familiares da comunidade tradicional. Domina a vontade arbitrária, artificial, ligada à racionalidade. Tonnies, num olhar histórico, enquadra *Gemeinschaft* com o passado e *Gesellschaft* com o moderno da civilização ocidental. É o dicotômico: Vila, povoado *versus* Cidade, urbano.

O autor deste artigo traz à lume uma consideração de sua própria lavra sobre a ideológica desvalorização das comunidades tradicionais frente ao capitalismo, inclusive a questão religiosa. Os ideólogos do modos de produção capitalista enaltecem o oposto urbano porque há uma completa ruptura com as formas de solidariedade e organização da vida comunitária, inclusive simplicidade cristã, não desejável às formas capitalistas de produção e agora impossíveis de serem adotadas no estilo urbano, até mesmo porque não há estímulos para isso, ao contrário, há o desprezo e a ridicularização das formas e funções comunitárias. Total ridicularização pela vida caipira. Os sentimentos e as atividades comunitárias perdem força sendo enalticido o individualismo panegírico às regras do mercado de trabalho. As migrações rurais-urbanas se aceleram, as escalas de produção tecnológicas se afirmam no urbano, os índices de desemprego são aplaudidos pelo sistema porque a oferta de trabalho barato é a “mais-valia” que o capital precisa para maximizar o lucro. O sistema econômico urbanizado gera três produtos: a **massa desempregada**, a **precarização**

como nova forma de inserção no mercado e a **alienação**. Fenômenos sociais inexistentes nas comunidades florestais tradicionais da nossa região, até mesmo porque o tempo de produção e o tempo de comercialização, nelas, também não existem; e o tempo de produção e reprodução social não é determinado pela exógena, mas sim pelas formas sociometabólicas presentes na relação homem-natureza.

É preciso lembrar nessa polaridade *like* que a conquista (falo de conquista e não de colonização; conquista é supressão de direitos e abuso de deveres; a colonização é superposição cultural) europeia movida pela fé e *império* associava religião e economia mercantil, muito embora a Igreja mostrasse contraposições às propostas imperiais de dominação dos gentios porque incompatíveis com as missões eclesiais, materiais e espirituais, no Novo Mundo. Não há evidências dos três produtos (não-trabalho, trabalho-precarizado e trabalho-alienado) e em comunidades *Gemeinschaft*. Como não seria possível a interpretação marxista de alienação para as relações positivistas entre religião e produção no contexto *Gemeinschaft*, justo porque produção e consumo acontecem na mesma unidade de interesse, a unidade familiar. A alienação seria então em relação a quais fatos, objetos?

As teses filosóficas de Marx, Engels, Hegel e Feuerbach sobre **Alienação** surgem em decorrência da supressão do trabalho artesanal familiar no Século XVIII, em virtude da revolução industrial na Europa, principalmente na Inglaterra. O capitalismo passa a dar o comando as atividades diárias do homem. O binômio Fé e Império é substituído por outro: Igreja e Poder. A acumulação horizontal cede à acumulação vertical. Acumulação agora já não se opunha à subordinação escrava do operário ao capital, como a Fé na colônia se opôs à escravidão do indígena. Não se pode igualar a condição colonial mercantilista com a condição

republicana na análise social da fé, da religião e da igreja. A Igreja como poder material aceitou conviver, sem resistência com alienação promovida pela economia da acumulação, desde o início das transformações capitalista, com o comércio marítimo até o domínio dos territórios fornecedores de matéria-primas. Tanto que, chegando ao Brasil, desde logo se promulgava a **Lei das Terras** (1850), dificultando o acesso aos gentios. Reação à medida não estará ao apreço da fé e da religião, e sim do poder temporal da Igreja. Se ocorre alienação religiosa será sempre na esfera da consciência, em relação a algum dogma que confere à vida interior do homem, o conceito de pecado, por exemplo; mas a alienação econômica, do trabalho, não é metafísica, é da vida real. Qual o corolário então? Se não tem atividade econômica capitalista não tem alienação de nenhuma natureza, nem mesmo religiosa, porque a geratriz não se cria, nem se desenvolve.

Então, vamos tratar a questão da religião como “Sistema Social Religioso”, um sistema parcial do sistema social. Para o propósito deste trabalho, quem melhor apresenta os elementos desse sistema é Bredemeier e Stephenson (1962), quando assumem a religião junto com a magia como elementos místicos do Sistema de Crenças (Belief-Systems), sendo a Religião o elemento dotado de processos e padrões ditos Racionais, enquanto a Magia, o Irracional corporificado em processos e padrões do bruxismo, do xamanismo, da cura espiritual, do exorcismo, do candomblé e da umbanda, entre outros. Ambas – Magia e Religião – são formas comuns presentes nos sistemas religiosos e na religiosidade do povo ribeirinho da Amazônia. Fácil de perceber e enxergar suas finalidades (goal attaining activities) integradas.

A number of analysts have attempted to establish analytical distinctions between magic and religion. Distinctions frequently are made in terms of the goals sought and the means prescribed for their attainment. Religion, it is sometimes contended, is concerned with ultimate goals such as salvation, and the meaning of existence and death. Magic is concerned with more immediate goals, such as the control of weather, defeat of an adversary, or success in a love affair. (BREDEMEIER.H.C.; STEPHENSON, R.M.,1962)

De um modo geral, a **Religião** é percebida pelos estudantes dos sistemas sociais como fator de integração social, embora se reconheça que ela não é integrativa em todos os casos, conforme pontua Loomis (1960). A coesão depende da tipologia aplicada ao que se entende como sistema social religioso. O próprio Loomis nos fala que uma das mais conhecidas e usadas tipologias na sociedade americana, a religião, é polarizada por Seita e Igreja. Teólogos primários mencionam que o significado de “seita” para o Americano tem mais a ver com doutrinas falsas do que com religião e um dos exemplos tomados como referência é o episódio acontecido em **Jones Town**, Guiana, no ano de 1978. O líder do grupo sectário, **Pastor Jim Jones**, deu ordem para todos os seus seguidores tomarem veneno e todos cometeram suicídio coletivo achando que Jesus estava voltando. Em outras palavras, a deturpação da Bíblia e da teologia cristã estabelecida é que faz dessas organizações uma seita (TOURINHO, 2020). A tipologia da bipolaridade empregada, Igreja em um polo e Seita em outro, subsidia fatos de desintegração social, tanto na comunidade como na sociedade. O mesmo efeito pode ser alcançado na sociedade civil: seitas como a KKK (USA), PRAVYI SECKTOR

(Ucrânia) “300 do BRASIL” e “ANTIFAS” (Brasil) conduzem à desintegração societária, embora slogan de apelos democráticos, Liberdade, participação, inclusive religiosos do tipo “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, sejam lançados. O poder mágico não leva a essa conspiração, podendo ser percebido como fator de moralismo e integração. Algo interessante é a percepção sobre os efeitos da religião e da religiosidade nos coletivos *Gemeinschaft-Gesellschaft continuum*:

[...] If the ideal sacred is anchored at the Gemeinschaft pole and the ideal secular at the Gesellschaft pole, [...]

[...] In American industrialized cities religious systems composed of white Catholics fall near the perspective stage at which religious doctrine is relatively inflexible, changeless, and sacred, and at which norms permit a narrower zone of deviance than occurs at the more secular stages to the right on continuum. ...In contrast the religious systems composed of white Protestants [...], fall toward the principal stage at which ordered change is relatively more frequent and compromise with other institutional systems are observable [...]. (TONNIES, F., 1988)

Dennis E. Poplin (1979) advoga que o estudo da Religião tem sido considerado um dos mais influentes basicamente porque os funcionalistas veem religião como uma “necessidade social” e atribuem duas funções essenciais a mesma: encorajar as pessoas à adesão de normas e valores “funcionais” para o sistema; e ajudar as pessoas na aquisição e manutenção da saúde e estabilidade emocional. Essas observações, assentadas em Loomis (1960) e Poplin (1979), são percebidas nas comunidades ribeirinhas,

quando a escolha da vila ou do povoado para fundar uma congregação protestante com a sua Igreja, independe de arranjos eclesiásticos. Uma igreja-mãe pode filiar igrejas-filhas ou afilhadas. A organização da filial toca a um pastor missionário que inicia as atividades pastorais, inclusive organiza serviços exclusivos como marcenaria, padaria, açougue, alfaiataria, estaleiros navais, etc. Esse tipo de organização, diferente do funcionamento das congregações católicas, mais burocráticas e mais dependentes do clero formal, pode ser muito bem percebida no trabalho de Palha e Tourinho (2009) sobre religiosidade na região marajoara, por exemplo, em Afuá e em Bailique, estuário do rio Amazonas; inclusive diferenciações entre grupos religiosos – católicos e não católicos – quanto a normas e valores funcionais e à coesão do grupo. Apesar da expansão territorial ser mais fácil para as religiões não católicas, não se pode deixar de considerar a existência de maior número de adeptos do catolicismo na região. As manifestações nas festas do padroeiro(a), como a festividade de N.Sra. da Conceição, em Afuá, no dia 8 de dezembro, reúne centenas de pessoas vindas de várias vilas e de povoados existentes às margens dos igarapés, furos e paranás. Além desses festejos religiosos, a fé é manifesta nas próprias denominações do lugar, sendo fácil identificá-las: São Miguel, Nossa Senhora de Nazaré, São José, Santa Maria, Frei Fabiano, estão mais próximas da fé católica; enquanto denominações bíblicas como Hebron, Monte Sião, Nova Jerusalém, Monte das Oliveiras, atendem a fé não católica pentecostal. Sobre esses cenários religiosos, Palha e Tourinho (2009) se expressam:

Não é difícil, portanto, afirmar que, nas condições das vilas e povoados ribeirinhos no estuário do rio Amazonas, as ideias religiosas influenciam e são influen-

ciadas, também, pela natureza e pelo curso da vida social, com a religião e sua Igrejas assumindo papel estratégico sobre a educação, a recreação, o bem estar, os negócios, a família, suprimindo, assim, a ausência de organizações do estado na área”. (PALHA, M.D.C.; TOURINHO, M., 2009)

O autor tem especial interesse em colher visões sobre as realidades quando são oferecidas por pessoas comuns, vindas de outras realidades e com outras formações, principalmente cidadinas e urbanoides por excelência, ou seja, como são enquadrados fatos e fenômenos sociais por aqueles afastados da formação das ciências sociais. Um desses casos são os relatos conferidos na obra “Itaboca na Poroca, uma Fazenda na Amazônia” (FALCOSKI, 2006), em que as relações homem-natureza-trabalho e família e sociedade são relatadas de forma muito plural à luz dos olhares urbanos contemporâneos, já em tempos da pós-materialidade. Um afloramento da realidade estuarina, diria que inocente e ingênua, cujo valor, talvez, seja a interpretação das “coisas” pelo outsider científico-popular. Que bom!

Nesse contexto, **o conhecimento científico vem do conhecimento popular, e os dois estão atados nas cordas da cultura e da fé**. Isso em se tratando de comunidade tradicional ribeirinha na Amazônia. Lakatos e Marconi (1992) falam de quatro tipos de conhecimentos básicos: o Popular, o Científico, o Filosófico e o Religioso, e acrescentam:

Verificamos, dessa forma, que o conhecimento científico diferencia-se do popular muito mais no que se refere ao seu conteúdo metodológico do que propriamente ao seu conteúdo. Essa diferença ocorre também no filosófico e no religioso (teológico). (LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A.,1992)

A característica mais específica do conhecimento popular vis-à-vis aos demais está relacionada ao caráter as-sistemático do popular e o sistemático dos demais tipos de conhecimento. Esse fato não prescreve resultados diferentes em tratamentos de enfermidades, digamos, pode sim conferir tempos diferentes no alcance dos resultados. Nos primórdios da humanidade, por volta do ano 6000 a.C, as doenças físicas e mentais teriam causas iguais, atribuídas à influência de maus espíritos. Dois mil e vinte anos d.C., muitos povos na terra ainda pensam assim, o beiradão da Amazônia também. Na Mesopotâmia, entre 3200 e 1025 a.C., a medicina misturava paradigmas naturalistas e su-pranaturalistas. O tratamento podia ser feito com procedi-mentos mágicos ou por meio de ervas, poções feitas com partes animais... (SAVIOLI, 2006). Três mil anos são passa-dos e a magia e as plantas continuam sendo usadas como práticas de cura; na vida ribeirinha, nos beiradões dos rios amazônicos, ainda mais. Que o digam as ervateiras do Ver-o-Peso, em Belém (PA).

O livro “Fronteiras da Ciência e da Fé” (SAVIOLI, 2006) nos traz interessantes fatos históricos que ajudam a refletir sobre o quanto é presente, para os povos mais sim-ples, a sobreposição fé, ciência popular e cura:

Nos primórdios:

O primeiro período da medicina medieval foi desig-nado como monástico, pois ela era praticada e falada sob orientação da Igreja [...]. Até o início do Renas-cimento o médico era geralmente também padre...

No mundo antigo a medicina era praticada geral-mente para pessoas com posses, não estando à dis-posição dos pobres, que eram tratados pelos fami-liares [...]. A caridade foi a maior virtude da religião [...]. Cristãos ortodoxos do oriente com a insistência

de São Basílio bispo de Cesárea fundaram o primeiro grande hospital por volta de 370 para cuidar de leprosos...

Paracelso (1493-1541) é um devoto do protestantismo que admite que a essência da religião é fundada na fé, na experiência pessoal e na espiritualidade. Ele era um médico [...] a medicina para ser eficaz deve reconhecer a relação entre o somático e o espiritual.

A cisão temporária:

Mas foi em 1858 que o antagonismo entre religião e ciência se tornou mais evidente [...] Charles Darwin (1809-1882) introduz a teoria da evolução [...]. O livro "A origem das Espécies" mudou o conceito religioso da origem da vida humana.

Criacionismo X Evolucionismo: Quem tem a verdade?

Na década de 1980 mais de 100 milhões de carismáticos no mundo todo se reuniam para cultos de cura e libertação [...]. Milhares de curas eram proclamadas, algumas verídicas reconhecidas pela Igreja [...]. O mundo científico começa a perceber a partir de 1990 a importância da fé na evolução das doenças [...]. Escolas médicas americanas passam a se interessar pelo assunto...

Em 1995, a Harvard Medical School inicia um curso sobre "Espiritualidade e Medicina" e a Duke University inaugura o Centro de Estudos sobre Religião e Saúde...

João Paulo II em 1996 confirma a teoria de Darwin admitindo que a evolução poderia ser um aparte do

plano de Deus para os humanos e que deve existir na cadeia um momento em que a Sua interferência criaria o ser inteligente.

Para o autor deste trabalho, o Espírito Santo falou por intermédio de João Paulo II. Seguindo com “Fronteiras da Ciência e Fé”, Savioli (2006) expressa:

De acordo com Larson e Witham (1977), 40% dos pesquisadores de ciências físicas acreditam em Deus. Somente 7% deles foram capazes de admitir a sua crença perante a comunidade científica.

Aumenta consideravelmente o número de estudos e trabalhos publicados em revista de reconhecido valor [...] abordando a possibilidade da associação entre a religião e a saúde.

Em 2002 cerca de 86 das 120 escolas de medicina dos Estados Unidos têm curso de religião, medicina e espiritualidade...

É possível que um dos mais profundos ensinamentos sobre Ciência e Vida seja dado por Albert Einstein, no livro que biógrafos e editores escreveram acerca da visão religiosa do referido cientista cuja obra serve de guia. Trata-se de “Einstein Cosmic Religion”, em que se pode verificar:

His convictions and beliefs might best be summarized in his ‘cosmic view’ about religion, pacifism, the responsibility of scientist [...]. Einstein [...] to define his faith in the power and laws of Nature. This he called ‘cosmic religion’.

[...] Even in view of the Harmony in the cosmos which I, with my limited human mind, am able to recognize, there are still people who say there is no God.

But what me makes really angry is that they quote me for support of such views [...] Einstein ideia of religion, rather fashioned by dogmas [...] is based on a more constant theme – that of nature and her almost unwavering, harmonious laws. Notions of nature as a sort of God [...] I believe in Spinoza’s God... Einstein was unifying Science and religion [...] and referred to himself as a ‘deeply religious nonbeliever’. Moreover, being open-mind [...] he found Jesus, Buddha, and Moses equally compelling as prophets. (MARTIN, W., OTT, M., 2015)

Seu libelo, baseado na sua filosofia:

Este sistema (cósmico) tem se preservado através dos ‘aions’ ou ‘éons’ de mudança física, e no caso da terra, através de transformações biológicas e da evolução. Através dessas leis imutáveis da natureza, o universo foi capaz de sobreviver até o dia presente. Em tempos mais recentes, a humanidade, muitas vezes através da exploração de seus recursos naturais, tem sido capaz de alterar as leis naturais em nome do progresso, muitas vezes em benefícios para as pessoas, porém em perigo para o planeta. Einstein falaria de um equilíbrio, um sacrifício por parte dos consumidores, que é certamente possível.

Albert Einstein morreu em 1965. Se ele tivesse externalizado essa advertência no dia da sua morte, teríamos hoje 65 anos passados. Parece que, nesse meio século, não ocorreram alterações substanciais no homem em seu modo de tratar a natureza, ao contrário.

5. FLORESTAS DA SAÚDE: PLANTAS E ANIMAIS, ATIVOS DA CULTURA E DA FÉ NA CIÊNCIA POPULAR RIBEIRINHA¹

É relevante o papel da floresta tropical úmida, equatorial amazônica, na vida das comunidades ribeirinhas, em todos os sentidos, sobretudo quanto às relações entre ela e a saúde ribeirinha, conferidas nas regiões fluviomarinhas da Amazônia brasileira, onde se abrigam cinco categorias de várzeas, intensivamente pesquisadas, descritas e analisadas por Lima e seus estudantes, desde 1956. A esses estudos se juntam trabalhos recentes (2014, 2019) sobre comunidades ribeirinhas do Baixo Amazonas existentes nos rios Mamuru e Arapiuns, afluentes dos rios Amazonas e Tapajós.

O conceito de comunidades ribeirinhas é pertinente a “beiradão”, como são conhecidas as vilas e os povoados assentados às margens dos rios, furos, paranás e igarapés na Amazônia. Trata-se de um conceito que pressupõe a presença de um território que avança da beira do rio “hacia” ao fundo e ao longo das braças, rio acima e rio abaixo, até onde os beiradeiros conseguem alcançar para coletar seus produtos florestais e fazer uso da terra e das águas interiores. Então, relações sociais se estabelecem em função das conexões entre os moradores e o uso dos recursos naturais.

Entretanto, é notório o desprezo da economia capitalista por esse tipo de vida, há menos que o seu entorno abrigue algum recurso de interesse do mercado. Neste caso, podem acontecer dois modos de ação: a desarticulação completa da comunidade com aniquilamento de todas as relações e dos valores comunitários; ou a subordinação total da mesma aos parâmetros do capital, ditatorialmente implantados.

¹ Capítulo adaptado do artigo com mesmo título, de Tourinho, Manoel Malheiros, IN: MELO JUNIOR, LUIZ CLÁUDIO MOREIRA (Organizador). Estudos Socioambientais na Amazônia: 5 anos de extensão, pesquisa e ensino no nordeste paraense/Luiz Claudio Moreira de Melo(org.) Curitiba: CRV: 2021,420 p.

Portanto, é fundamental mostrar que nas regiões de ocorrência de várzeas fluviomarinhas existem numerosas comunidades onde vivem indígenas, quilombolas, caboclos, brancos, com ascendência nordestina, filhos de ‘soldados da Borracha’.

Essas comunidades têm sobrevivido aos impactos da “modernidade” com suas rodovias, barragens, usinas hidrelétricas, minerações. Uma explicação pode ser o fato de estarem assentadas nas margens dos rios, condição que limita o acesso, mesmo porque estradas são inexistentes.

Comunidade ribeirinha: um espaço ‘não mercantilizado’ de paz e bem viver.

Acolha-se a construção do Professor de Sociologia do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Guilherme Leite Gonçalves, edificada na apresentação do livro “Marx nas Margens” (2019) de Kevin B. Anderson, professor de sociologia, ciência política e estudos feministas na University of California, em Santa Bárbara, quando comenta sobre a ideia desses espaços:

Kevin Anderson não nos responde, mas organiza em Marx uma concepção multidimensional de sociedade e de mudança social. Em países periféricos, não obstante o alerta da teoria da dependência, tal concepção permanece atual, sobretudo contra o imaginário da modernização, que nos impõe as condições sociais e institucionais dos ditos países avançados como objetivo a ser perseguido. Pensemos, por exemplo, nas cartilhas neoliberais ou no desenvolvimento. Não repetem as missões civilizatórias do (neo) colonialismo?

E Gonçalves prossegue a arguição que atinge direto os propósitos deste artigo:

[...] De fato, desenvolvimento do capitalismo tem exigido processos expropriatórios de espaços sociais não mercantilizados, comunais ou coletivos.

O processo invasor capitalista liga o seu piloto automático e, sem menor escrúpulo ético e moral, violenta a cultura local, distorce a fé, ridiculariza a ciência popular.

É preciso reagir, é preciso resistir. Provar que as nossas comunidades florestais ribeirinhas são nautas de vida. Por isso é oportuno lembrar algumas reflexões divulgadas pela Igreja de Francisco I (2020) sobre o significado de “Paz e Bem Viver”, ao se referir à lógica produtiva do camponês e sua família quando se apropria da terra e utiliza os recursos naturais da várzea, tendo como pano de fundo o contínuo e cíclico movimento de seus rios. A Igreja Sinodal os chama de **“camponeses das várzeas”**, ao lado destes, há os **“camponeses da terra firme”**.

Essas duas categorias bem diversificadas (seringueiros, indígenas e quilombolas; extrativistas, coletores e pescadores) sofrem com a presença dos ocupantes do capitalismo predador. Assim, o modo de vida desses povos, baseado no “bem viver”, encontra-se ameaçado pelos grandes projetos econômicos, pelo avanço do latifúndio e pelos permanentes processos de desmatamentos da floresta, pela poluição dos rios, enfim, pelo uso predatório dos recursos naturais.

Esses povos, ainda para a Igreja Sinodal,

são agricultores familiares que cultivam pequenas porções de terra [...] que correspondem a um modo de vida de interrelação e interdependência com a

terra e a natureza [...] cuidam da terra e a terra cuida deles na mesma proporção. Desse “bem viver” decorre a “paz”. Para nós, paz como afirmação mais próxima dos ensinamentos da tradição grega, que das tradições romanas ou judaico-cristã, e bem longe das tradições da modernidade. Assim, a “Paz do Bem viver” é associada com a justiça e a equidade, expressa como uma relação familiar, ligada ao equilíbrio da natureza com o da *Gemeinschaft*, comunidade ribeirinha e florestal, associada tanto à noção de harmonia e beleza quanto à ausência de perturbações. Há uma ordem na natureza que garante a abundância e a fecundidade da vida, cabendo aos humanos não atentar ou quebrar este sentido harmônico dado pelos deuses. (GUIMARÃES, 2020; REPAM, 2020).

Nessa perspectiva, as análises aqui apresentadas são baseadas em 25 anos de pesquisas em comunidades beiradeiras da Amazônia Continental, ainda que com predominância no beiradão da região estuarina do rio Amazonas, domínio dos estados do Amapá e Pará. Há também informações pertinentes à prática ribeirinha de uso da floresta que trazem conteúdo da cultura local, da fé religiosa e da erudição popular aplicadas a curas físicas, não apenas do corpo, mas também da mente e do espírito.

Além disso, às análises aqui mencionadas se adicionam observações colhidas em outros cenários ribeirinhos, a saber: Yucale (Peru); Beni (Bolívia) e Napo (Equador); Madeira (Rondônia), Solimões (Amazonas); e Mamuru e Arapiuns (Pará). Mas, desde 1996, o “centro de coleta magistral” é o delta do grande rio.

Sabe-se que os primeiros registros fitoterápicos datam do período 2.838-2.698 a.C., quando o imperador

chinês Shen Nung catalogou 365 ervas para cura e para a morte. (FRANÇA, SOUZA, BAPTISTA e BRITO, 2008). E, conforme esses autores, por volta de 1.500 a.C., a base da medicina hindu era apoiada em dois textos sagrados: Veda e Ayurveda, os quais eram ordenados em polos opostos – *yang e yin*; e nas práticas medicinais inspiradas no taoísmo de *Pan Ku*, o deus da criação. Sinais, no primitivo, da sincronização entre a cultura, a fé e a ciência – sabedoria popular, ainda hoje bastante visível entre os povos das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

Nessa evolução, papéis sociais foram se estabelecendo, como: o das mulheres, na extração dos princípios ativos para utilizá-los na cura de doenças; curandeiro, geralmente é o papel mais reservado aos homens, devido às limitações fisiológicas femininas quando dos períodos menstruais ou de parições, pois nesses momentos elas exporiam trocas de energias desfavoráveis à cura.

Einstein, (apud MARTIN, W., OTT, M., 2013) com suas abordagens relativas, tem contribuído para o entendimento holístico da cura, ao colocar a matéria como uma manifestação de energia, concluindo que:

os seres humanos são formados de matéria e os seus vários sistemas energéticos interagem entre si e com o meio, formando um todo que deve sempre estar harmonizado.

A cultura e a fé são elementos essenciais dessa harmonização. Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo (2014) pontua que a medicina popular, aqui manifesta na vida dos beiradeiros, define-se como um sistema que envolve técnicas de diagnósticos e interpretações etiológicas, determinantes das terapêuticas a serem aplicadas. O papel da religiosidade, segundo Camargo (2014), é primordial na

cura porque alimenta o homem e o seu grupo social com as crenças e os poderes sobrenaturais do curador para interpretar doenças, indicar terapias, preparar remédios com eficácia garantida; ou seja, a associação “doença-remédio-divino-cura milagrosa” persiste no pensamento médico popular dos curadores atuais.

Há relatos de grupos de médicos populares visitarem, programaticamente, as famílias das comunidades tradicionais amazônicas, para diagnósticos “gestálticos” e prescrição de remédios cujos ativos são recolhidos de plantas e animais da mata, embora a medicina capitalista, hegemônica, com seu viés etnocêntrico, considere a ciência popular e a medicina dela derivada como produto de uma cultura inferior. Contrário a essa visão, dados revelam, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), que grande parte da população mundial, cerca de 80%, depende das práticas tradicionais nos cuidados básicos de saúde e 85% recorrem a plantas ou preparações delas derivadas (ROSA, C., et al., 2011).

A utilização de vegetais com propriedades medicinais no Brasil tem origem na cultura indígena, negra e dos migrantes europeus[...] assim, as plantas com valores terapêuticos são usadas empírica e tradicionalmente, e o conhecimento é passado de geração para geração, acompanhando a história dos povos[...] para compreender os princípios de qualquer manifestação popular é preciso conhecer o contexto cultural no qual ela está inserida... (SOUZA, RIBEIRO, AMARAL e ALVES, 2004).

Um ensinamento derivado da ecologia integral presente na Laudato Si (2015) é exaltado por França e colegas (2008):

A fitoterapia permite que o ser humano se reconecte com o ambiente, acessando o poder da natureza, para ajudar o organismo a normalizar funções fisiológicas prejudicadas, restaurar a imunidade enfraquecida, promover a desintoxicação e rejuvenescimento.

Desde 1994 dois projetos da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) caminham pelas várzeas da Amazônia insular e continental: o Projeto Várzea e o Projeto Bio-Fauna. O escopo central desses projetos é estudar esse ecossistema quanto aos recursos vegetais e animais, recursos aquáticos, sistemas de uso da terra e a organização social das comunidades ribeirinhas florestais.

Sabe-se que esse ecossistema teve a propriedade de encantar todos os navegadores, desde o Século XVI até os dias de hoje. Entretanto, que o olhar atual não seja mais o da conquista, e sim o da busca do conhecimento para o equilíbrio natural, pois logo se perceberá, razão de o autor deste trabalho enaltecer o conhecimento advindo do in situ e não o proveniente de fotografias e imagens “mortas”, sem as histórias de vidas. No texto seminal sobre a Amazônia, Lucio de Castro Soares, eminente geógrafo brasileiro, na sua obra antológica “Amazônia” (1963), escreveu:

Em nosso território a floresta equatorial é encontrada vicejando, com surpreendente exuberância que a caracteriza fisionomicamente, nos terrenos mais baixos – planos ou ondulados, alagáveis ou não, mas sempre muito úmidos – da bacia amazônica. A chamada ‘mata de várzea’ ou caa-igapó, é uma de suas variedades; ela se desenvolve nos terrenos possuidores de taxas de umidade mais elevada, isto é, na planície aluvial inundável do rio Amazonas e

de seus afluentes e subafluentes que formam a sua vasta e intrincada rede hidrográfica [...] A mata de várzea apresenta maior diversidade botânica que a mata de terra-firme, pois grande é a quantidade e variedade de sementes, trazidas pelas águas das cheias anuais, que são depositadas no rico solo das várzeas. (SOARES, 1963, p. 63)

Nos estudos conduzidos por Lima, Tourinho e Costa (2001), as áreas de várzeas mereceram chamado do pesquisador Alfredo Homma (2001), da EMBRAPA-Amazônia Oriental, ao lembrar que as várzeas ocupam uma área equivalente a 6% da Amazônia Legal, ou seja, cerca de 300.000 km², correspondente a 30.000.000 de hectares, uma superfície superior à do Estado do Rio Grande do Sul. Chama a atenção para a produção de alimentos que esse ecossistema pode oferecer, brindando autonomia alimentar para as cidades ribeirinhas, além de funcionar com “buffer-line” retendo as populações potencialmente migratórias para as cidades médias e grandes da região. As várzeas podem contribuir de várias maneiras como ‘líbero’ da espantosa (e criminoso) urbanização que a Amazônia vem sofrendo por quase meio século, e possibilitar a formação de uma nova civilização das várzeas. (HOMMA, 2001, p. 5).

Recorre-se a Lima e colegas (2001) para melhor apresentar o entendimento acerca da gênese e diversidade do revestimento florístico destacado anteriormente por Castro (1963). Segundo aqueles autores, os revestimentos florísticos das várzeas fluviomarinhas estão diretamente relacionados com a natureza do solo, com a qualidade da água e com o regime de inundação. Atenta-se para o que esses estudiosos pontuam fortemente a respeito do regime de inundação ao exercer mais influência na composição flo-

rística, pois a água é o agente responsável pelo transporte das sementes de grande número de plantas. E, em função dela, também se criam condições favoráveis ou desfavoráveis ao crescimento de determinadas espécies e à evolução dos diferentes agrupamentos botânicos.

Várzeas alagadas de março. As frutas vinham triunfantes boiando nas águas em preamar (JJ Paes Loureiro, em *Águas da Fonte*, 2008)

Acrescenta-se que a devastação, mata a dentro, acontecendo em larga escala nos últimos vinte e cinco anos, elimina substancialmente o abastecimento de sementes e plântulas que, recuperadas pelas marés e depositadas nos solos de várzeas, contribuem incisivamente para os processos de resiliência dos bosques amazônicos.

Com base nos estudos de Lima et al. (2001), destacar-se-ão, neste trabalho, quatro, das cinco categorias de várzeas fluviomarinhas existentes na Amazônia brasileira, tipificadas, e as quais passam a ser consideradas como “categorias etno-fisiográficas” porque suas funcionalidades sistêmicas têm os mesmos vetores dinâmicos percebidos nas relações entre comunidades ribeirinhas, cultura, fé e ciência popular:

- Várzeas fluviomarinhas do Estuário do rio Pará;
- Várzeas fluviomarinhas da Foz do rio Amazonas;
- Várzeas fluviomarinhas do Nordeste Paraense;
- Várzeas fluviomarinhas do Baixo Amazonas.

As informações acerca das três primeiras são excertos do trabalho seminal de Lima (1956), Lima, Tourinho e Costa (2001); Gama, Palha e Santos (2009), enquanto as especificidades das várzeas do Baixo Amazonas são baseadas

nas obras de Tourinho M.M; Gama, J.R.V.; Palha, M.D.C.; Santos, S.R.M.; Mattar, P.N. (2009) e Melo Junior, L.C.M.; Santos, S.R.M. e Silva, A.S.L. (2014).

Quanto às espécies vegetais e animais componentes dos receituários populares encontrados nas vilas e nos povoados ribeirinhos, correspondentes àquelas quatro categorias etno-fisiográficas. Os levantamentos florísticos e as indicações de uso apontadas nas Tabelas que seguem, foram coletados e anotados pelas equipes de professores e bolsistas dos projetos Várzea Bio-Fauna, nas sucessivas pesquisas de campo no período de 1995 a 2014, assim comentadas:

CATEGORIAS ETNO-FISIOGRÁFICAS **Várzeas fluviomarinhas do Estuário do rio Pará**

O estuário do rio Pará não se trata propriamente da foz de um rio, no caso, o rio Pará. O que se denomina de rio Pará nada mais é que uma “bacia coletora” formada a partir das águas de vários rios que nela desembocam, dando origem a uma sucessão de águas e ilhas que se estendem ao longo de toda a costa sul da Ilha de Marajó e o continente. Águas ricas em sedimentos, baías, furos e paranás; 39 ilhas de solos sedimentares criam uma paisagem fluvial, que Sérgio Brazão (2010) denominou de “Belém Insular”, título dado a sua última obra acadêmica. Na conceituação externada neste trabalho, essa calha coletora tem cerca de 300 Km de extensão e 20 km de largura. O trecho final da foz situa-se, pela margem direita, na Ponta do Taipu, município de São Caetano de Odivelas e, pela margem esquerda, no Cabo do Maguari. Essa calha tem domínio de águas salobras, daí a denominação também de zona do salgado.

As várzeas do estuário do rio Pará são formadas pelo aporte sedimentar de vários rios: o Araguaia, To-

cantins, Capim, Acará, Moju, Guamá, Anapu, Jacundá, Pacajá e Araticum. Dois deles, os maiores, o Araguaia e o Tocantins, são rios provenientes do cristalino, do planalto brasileiro, carregando, transportando frações minerais, não orgânicas que se depositam no solo de várzea pelos efeitos das marés. Acentua-se que os sistemas de uso da terra, rio acima, com grãos e pecuária bovina, determinam padrões de fertilidade diferenciados nos solos rio abaixo, influenciando inclusive o revestimento florístico que chega a apresentar apreciáveis variações em áreas próximas umas das outras, diferenças relacionadas com a natureza do solo e com o regime de inundação. A composição florística das várzeas do rio Pará apresenta espécies, como o Açaí, o Murumuru, a Andiroba, a Inajarana, a Jarandeuca, o Cacau, o Breu-branco, a Ucuuba, a Seringueira, o Açacu, o Ingá, a Pracuuba, a Munguba, a Caxinguba e o Jutai. A Seringueira foi encontrada com a média de 14 (quatorze) árvores por hectare.

É importante salientar que, nesta região, encontra-se o melhor exemplo de uso da terra com lavoura de subsistência, atividade que acontece desde os Séculos XVII e XVIII, inicialmente conduzida por religiosos Jesuítas, Carmelitas e Franciscanos que cultivavam cana-de-açúcar, cacau, arroz, banana, milho, melancia e jerimum, sendo visível a contribuição que essa atividade representou para evitar o êxodo da população ribeirinha na ocasião da crise dos preços da borracha.

As informações pertinentes a essa categoria fisiográfica foram coletadas em comunidades beiradeiras ao longo dos baixos rios Guamá (Município de Santa Izabel) e Tocantins (Município de Cametá).

A Tabela 1 apresenta as espécies florestais e animais mais usadas pelos moradores das comunidades ribeirinhas do estuário do rio Pará.

Tabela 1. Espécies encontradas em pesquisa na região das várzeas do Rio Pará. Usos: i) fitoterápicos: casca/caule (Ca), folhas (Fo), frutos/sementes (Fr), raízes (Ra) e seivas/óleos (So); ii) zooterápicos: banha (Ba), bÍlis (Bi), cauda (Cd), genitÁlias (Ge) e pele/couro (Pc).

Regiões de várzeas na Amazônia brasileira	Espécies da Flora					Espécies da Fauna							
	Nomes	Uso Fitoterápico					Nomes	Uso Zooterápico					
		Ca	Fo	Fs	Ra	So		Ba	Bi	Cd	Ge	Pc	
Estuário do rio Pará	AçaÍ			x	x		Jacuraru	x					
	Andiroba			x		x	Jiboia	x					
	Bacaba			x			Mucura	x					
	Embaúba	x	x	x	x		Paca	x	x				
	Íngá	x		x			SucurÍ	x					
	JutaÍ	x		x									
	Marupá	x			x								
	Pracaxi					x							
	Taperebá		x										
	Virola												
Outras espécies (66)													

Fonte: Projeto Várzea. Elaboração: SÍlvio Miranda Santos, 2020.

São 66 (sessenta e seis) plantas usadas nas práticas populares de curas materiais e espirituais. Dez espécies vegetais e cinco animais são as de maior frequência de uso. Frutos e sementes, seguidos da casca e do caule, entre os vegetais, e a banha, nas espécies da fauna silvestres, pontuam com as que dominam como matéria-prima da medicina comunitária. A Embaúba é a espécie que oferta mais porção: casca, caule, folha, frutos, sementes e raízes. A bÍlis da paca é utilizada entre as partes ‘curantes’ de enfermidades que recorrem ao animal para tratamento.

Várzeas fluviomarinhas da Foz do rio Amazonas

O estuário do rio Amazonas, desde Le Cointe (1945), é a porção geográfica que começa quando as águas do rio mar se juntam às do rio Xingu, último grande afluente da margem direita, e seguem para o Oceano num percurso de 380 km. Essa grande calha fluvial abriga as mais ricas formações sedimentares.

As várzeas do estuário do Rio Amazonas são delimitadas ao Norte pelos baixos cursos dos afluentes da margem esquerda, como os rios Jari, Cajari, Maracá, Mutuacá, Mazagão, Anauerá-Pucu e Matapi; ao Sul, pelos baixos cursos dos rios e furos das zonas meridionais da ilha do Marajó e dos furos de Breves; a Leste, pelo Oceano Atlântico e a Oeste, pela foz do rio Xingu.

Nessa categoria fisiográfica, estudou-se mais especificamente a **foz do rio Amazonas**, área atravessada pela linha equatorial e que abre na costa Atlântica um corte de 230 km, o qual se estende desde a Ponta Grossa do Araguaari, ao Norte, até o cabo do Maguari, ao Sul. Nessa linha de direção, estudaram-se comunidades ribeirinhas localizadas nos contornos geográficos do Município de Afuá (PA); ilhas, furos, paranás, como a Ilha do Charapucu, Ilha da Serraria, Ilha da Conceição, Paraná do Santana, Arquipélago Jurupari, Furo do Vieira.

Nessa categoria fisiográfica de várzea, a vegetação apresenta grande diversidade de revestimento florístico, devido a dois fatores: a procedência das sementes e as marés.

Apesar de a grande maioria das sementes serem de origem local, existem outras que procedem da região do Baixo Amazonas, tais como o Taxi-preto e a Munguba, particularidade que diferencia a composição florística dessa várzea daquela do estuário do rio Pará.

Após o levantamento florístico realizado nas vár-

zeas do Igarapé do Lontra da Pedreira (AP), constatou-se um total de 7.850 indivíduos por hectare, não obstante os níveis de desmatamento serem elevados e acelerados. Oito espécies representam 68,47% do povoamento florístico estudado: o Açaí, o Murumuru, o Macacu, o Pau-mulato, o Pracaxi, a Ucuuba, a Macacauba, a Mauba e o Taxi-preto.

As possibilidades agrícolas potencializadas pela fertilidade são imensas: a soma de bases trocáveis (V%) dos solos das ilhas que abrigam dezenas de comunidades ribeirinhas, na foz do rio Amazonas são elevadas, variando de 71% a 89% no primeiro horizonte.

Pesquisas da EMBRAPA constataram que aquelas várzeas receberam uma adubação natural devido aos sedimentos depositados pelas marés equivalente a 7,7kg de P₂O₅ e 3,4kg de K₂O por hectares/ano. O cultivo de milho, arroz, mandioca, além de frutíferas, têm largas possibilidades naquelas condições.

A Tabela 2 expressa o emprego comunitário da farmácia natural ofertada pela mata e seus habitantes mamíferos e répteis. Vejamos:

Tabela 2. Espécies encontradas em pesquisa na região de várzeas do estuário do Rio Amazonas. Usos: i) fitoterápicos: casca/caule (Ca), folhas (Fo), frutos/sementes (Fr), raízes (Ra) e seivas/óleos (So); ii) zooterápicos: banha (Ba), bÍlis (Bi), cauda (Cd), genitÁlias (Ge) e pele/couro (Pc).

Regiões de várzeas na Amazónia brasileira	Espécies da Flora					Espécies da Fauna						
	Nomes	Uso Fitoterápico					Nomes	Uso Zooterápico				
		Ca	Fo	Fs	Ra	So		Ba	Bi	Cd	Ge	Pc
Estuário do rio Amazonas	Açaí			x	x		Guariba	x	x			
	Ananim					x	Mucura	x				
	Andiroba			x		x	Paca	x	x			
	Bacaba			x			Peixe-boi	x			x	
	Embaúba	x	x	x	x		Sucuri	x				
	Jutaí	x		x			Tartaruga	x				
	Pracaxi					x	Tatu	x	x			
	Seringueira					x						
	Taperebá		x									
	Virola			x								
	Outras espécies (45)											

Fonte: Projeto Várzea. Elaboração: SÍlvio Miranda Santos. 2020

São 45 (quarenta e cinco) espécies florestais arroladas nos inventários. Entre os animais da mata, há 07 (sete) cujas partes servem a ritos e produtos populares de cura.

Igualmente ao que ocorre no rio Pará, as comunidades da foz do rio Amazonas usam mais partes anatômicas da Embaúba, como cascas, caules, folhas, raízes, sementes e frutos. Entre as 10 (dez) espécies vegetais, predomina o emprego dos frutos e das sementes. Para seiva e óleos, são buscados 04 (quatro) espécies: o Ananim, o Pracaxi, a Seringueira e a Andiroba, oferta mais comum entre os moradores. Entre a fauna silvestre, banha e bÍlis foram os mais citados para uso medicinal.

Várzeas fluviomarinhas do Nordeste Paraense

O Nordeste Paraense é uma das macrorregiões fisiográficas que melhor expressa os processos de desenvolvimento ocorrido no Estado do Pará. Em recente obra, Rebelo e Homma (2017) apontam, aos tempos do Brasil Colônia, a segurança da comunicação real entre os representantes da coroa portuguesa instalados em Belém e São Luís do Maranhão como fator original. As viagens marítimas eram perigosas e incertas. Mais tarde esse caminho terrestre foi usado para o transporte de gado vindo do Piauí e do Maranhão para o abastecimento de Belém. Não obstante, várias vilas, freguesias e povoados e o comércio de cabotagem sinalizavam a organização social da região ancorada nas pequenas comunidades litorâneas e ribeirinhas, depois transformadas em cidades e municípios, como Bragança, Vigia e Viseu.

O importante nesse breve conto é a narrativa sobre a pujança da floresta nativa atrelada à fertilidade do solo, equivocada concepção indutora do aproveitamento do solo para os cultivos pelo processo de ‘derruba e queima’, ação reflexa do desconhecimento das essências florestais e seus usos múltiplos. A ‘derruba e queima’ continuaram na região, agravadas em escalas, intervalos e finalidades ampliadas. Penteado (1967 apud REBELLO e HOMMA, 2017) chamou atenção para o fato de que, desde a década de 1960, a paisagem bragantina era predominantemente uma “paisagem desoladora das capoeiras, consequência direta do desmatamento e do fogo provocado pelo homem, que destruíram, ao mesmo tempo, mata e solo”. Hoje a paisagem florística natural é dominada por “remanescente Florestal”, “capoeirão” e “rebrotamento florestal”, conforme conceituações fornecidas a este autor pelo Professor João Ricardo V. Gama, da UFOPA-Santarém.

Mediante o estudo conduzido na Comunidade de

São Luís do Caripi, Município de Igarapé-Açu(PA), como prática da disciplina Manejo Comunitário dos Recursos Naturais, do Curso de Doutorado em Ciências Agrárias, a mata florestal das propriedades foi classificada e descrita pelos autores Laura Santos, Silvio Miranda dos Santos e Valéria Homci (2010) como “remanescentes florestais”, e, quanto a sua composição florística e respectivo uso, foram identificadas 42 (quarenta e duas) espécies pertencentes a 28 (vinte e oito) famílias e 41 (quarenta e um) gêneros, tais como: Amapá, Andiroba, Marupá, Pau-Brasil, Quaruba, Tatapirica, Unha de Gato, Verônica e Virola.

Registra-se que a Comunidade de São Luís aportava aos trens da Estrada de Ferro Bragança (EFB) lenha para as máquinas, além de ser ponto de acopio e embarque de outras especialidades da terra, como madeiras, carvão, farinha, frutas, para os mercados regionais.

As várzeas fluviomarinhas do Nordeste Paraense ocorrem na porção dos baixos cursos dos rios que chegam à planície costeira, desde a foz do rio Pará até a foz do rio Gurupi, fronteira úmida entre os estados do Pará e do Maranhão. Um percurso terrestre de aproximadamente 289 Km, na linha do traçado da BR 316, da cidade de Belém até Boa Vista do Gurupi. Os principais rios que atravessam essa região são: Maracanã, Marapanim, Pirabas, Japericá, Quatipuru, Caeté e Emboraí. Esses rios cujas várzeas são planícies dos baixos cursos, sob influência das marés salobras, têm as suas cabeceiras nas faixas de terras mais elevadas da zona bragantina, onde estão as elevações que dividem as águas que descem para o Norte em direção à costa do Salgado Paraense e os que se dirigem para o Sul e se tornam afluentes do rio Guamá.

Ressalva-se que o uso da terra nessas elevações contribui com diferentes frações minerais e orgânicas, em quantidade e qualidade, para a formação sedimentar das

várzeas dos baixos cursos. Crítica situação!

Na Tabela 3, são relacionadas as espécies de usos fitoterápicos e zooterápicos dos habitantes das comunidades ribeirinhas do Nordeste Paraense.

Tabela 3. Espécies encontradas em pesquisa na região das várzeas do Nordeste Paraense. Usos: i) fitoterápicos: casca/caule (Ca), folhas (Fo), frutos/sementes (Fr), raízes (Ra) e seivas/óleos (So); ii) zooterápicos: banha (Ba), bílis (Bi), cauda (Cd), genitálias (Ge) e pele/couro (Pc).

Regiões de várzeas na Amazônia brasileira	Espécies da Flora					Espécies da Fauna						
	Nomes	Uso Fitoterápico					Nomes	Uso Zooterápico				
		Ca	Fo	Fs	Ra	So		Ba	Bi	Cd	Ge	Pc
Nordeste paraense	Açaí			x	x		Boto	x				
	Andiroba			x		x	Jiboia	x				
	Bacaba			x			Mucura	x				
	Embaúba	x	x	x	x		Paca	x	x		x	
	Ingá	x		x			Tatu	x		x		
	Jutaí	x		x								
	Marupá	x			x							
	Pracaxi					x						
	Taperebá		x									
	Virola			x								
Outras espécies (49)												

Fonte: Projeto Várzea. Elaboração: Sílvia Miranda Santos. 2020

Do total de 59 (cinquenta e nove) espécies vegetais levantadas, os frutos e as sementes foram mencionados para as 10 (dez) espécies mais usadas pelas comunidades com remédios, seguidos das cascas e das raízes. A Andiroba foi a espécie cujas partes foram mais aproveitadas: casca, folhas, frutos, sementes e raízes.

Várzeas fluviomarinhas do Baixo Amazonas

O Baixo Amazonas, como região geográfica, conforme afirma Lucio de Castro Soares (1963), estende-se da foz do rio Negro à embocadura do rio Xingu, em terras dos estados do Amazonas e Pará, sendo dividido em duas zonas: o “Médio Amazonas”, que corresponde à porção do estado do Amazonas e o “Baixo Amazonas” ao estado do Pará. Versões existem que consideram o Baixo Amazonas a porção do rio que se estende da foz do rio Tocantins até a foz do rio Xingu, tese que se afasta da existência de um “rio Pará” e reforça a descrição deste como “calha coletora”.

O astrônomo francês Charles Marie de La Condamine, os naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace são mencionados por Leandro Tocantins (2000) como cientistas que enriqueceram a geografia amazônica com suas descrições. Bates, por exemplo, permaneceu entre nós por 11 anos (1848 a 1859). Aportou inicialmente em Salinas, oriundo de Liverpool, e descreveu esses anos como “os melhores de sua vida”; incontestável já que cumpriu com excelência a sua missão na terra dos brasileiros, pois chegou a mandar para o Museu Britânico mais de oito mil espécies da flora e fauna amazônica. Em suas viagens fluviais, ao longo dos grandes rios da Amazônia, cujas observações, descrições e comentários podem ser lidos na obra “Um Naturalista no rio Amazonas” (1979), o referido autor avalia comumente a paisagem com as seguintes expressões:

[...] a mata era extraordinariamente variada. A copa arredondada de algumas árvores gigantescas, pertencentes à ordem das leguminosas e das bombáceas, se eleva muito acima da altura média da muralha de verdura [...] A muralha de árvores (estou citando o meu diário, diz ele) [...] consiste de uma grande

variedade de árvores comuns da floresta, além de palmeiras. Desde os ramos altos até a água pendem cordões de lianas e trepadeiras, cuja folhagem é mais variada e ornamental [...]. As flores do ingazeiro, embora não chamem a atenção, são delicadas e bonitas. As árvores formam uma barreira tão cerrada ao longo da margem que não se consegue ver nem de relance o interior da floresta. (BATES, 1979, p.96)

Salienta-se que o naturalista Bates não se limitou a descrever e comentar os aspectos da natureza amazônica, objeto maior do seu interesse, pois, ao aportar em cidades, vilas e povoados ribeirinhos, procurou registrar traços e hábitos da população, tipos de habitação, alimentação, festejos religiosos, atividades econômicas locais, enfim, informes pertinentes à vida social do lugar. Abordagem muito diferente dos atuais pesquisadores limitados ao olhar puramente disciplinar, sem observar as relações entre os habitantes e o entorno natural.

Infelizmente, Bates não escapa à deformação peculiar de pesquisadores europeus e americanos, quando usam como “tipo ideal” de cultura e civilização os seus países e tiram conclusões incorretas sobre o estilo de vida local, por exemplo, ao analisar a dinâmica de uma plantação de cacau na região de Óbidos, Bates acentua que:

a vida ali me pareceu amena e agradável; o trabalho era sempre feito à sombra, ocupando as pessoas apenas umas poucas semanas por ano. Unicamente a incurável indiferença e indolência (o grifo é nosso) do povo impedem que eles usufruam de todas as vantagens oferecidas pela exuberante Natureza tropical. (BATES, 1979, p.110).

Particularmente não se comentará acerca do inapropriado juízo do Naturalista, por se desprezar esse tipo de julgamento ainda hoje emitido por estrangeiros e mesmo por brasileiros de outras paragens que não o Norte.

As várzeas do Baixo Amazonas são ocorrências geomorfológicas características da paisagem geográfica do baixo rio Amazonas que, para Soares (1963, p. 32), antes de tudo, configuram “largas e extensas faixas de terrenos aluviais recentes, que têm por eixo o rio Amazonas”. Na concepção do autor deste texto, são “pestanas” do rio, e as “sobrancelhas” são terras-firmes, cujas atividades econômicas estão a estas relacionadas.

Segundo aquele geógrafo brasileiro, nas matas de várzea, a borracha tinha lugar singular como produto extrativo, enquanto nas matas de “terra-firme”, tirava-se a madeira para consumo regional e exportação, além de outras espécies de valor comercial, como o Pau rosa, a Castanha-do-Pará, bem como a produção de derivados de animais da mata, como a onça, o caititu, o jacaré, o veado, a lontra e a anta. Ainda para Lucio de Castro Soares (1963), tanto nas várzeas quanto na terra-firme, a produção de alimentos se faz presente (arroz, milho, mandioca, feijão e legumes) para subsistência das populações rurais e o abastecimento dos centros urbanos, entre estes, Santarém, Manaus, Macapá e Belém. O cacau cultivado naquelas várzeas, há quase três séculos, é destaque na pauta exportadora.

Ítalo Claudio Falesi e Benedito Nelson Rodrigues da Silva (1999.) descrevem as várzeas da região do Baixo Amazonas como Ecossistemas, e indicam uma unidade básica da natureza, onde os animais e plantas se relacionam intimamente com os fatores abióticos, formando, deste modo, um sistema. O conceito exposto pelos referidos pesquisadores é universal em termos das várzeas de toda a Amazônia continental. Infunde inclusive a várzea como

unidade básica da ecologia, reforçando a necessidade de percebê-la como interface do mundo aquático fluvial e o mundo da mata de terra-firme e os atores humanos da interligação. As florestas de várzea ocupam os solos mais elevados, onde se depositam os sedimentos mais pesados, grosseiros, trazidos pelas águas do rio Amazonas. São florestas designadas de floresta ombrófila aluvial, com quatro ecotipos dominantes: a Ucuuba, o Açacu, o Pau-mulato e a Sumaúma. Relevante anotação dos autores Falesi e da Silva (1999) para as ocorrências das imbaubeiras e da seringueira barriguda (*Hevea spruceana*) existentes nas várzeas localizadas entre os rios Negros e Xingu.

Nesse contexto geográfico, o uso dos recursos florístico e faunístico na medicina popular, indicados na Tabela 4, foram apropriados entre moradores de 20 (vinte) comunidades florestais da área da bacia do Baixo Amazonas, mediatizados pelos rios Amazonas e Tapajós, cujo espaço geográfico é cortado por duas bacias secundárias fluviais formadas pelos rios Mamuru e Arapiuns e seus igarapés tributários.

Tabela 4. Espécies encontradas em pesquisa na região das várzeas do Baixo Rio Amazonas. Usos: i) fitoterápicos: casca/caule (Ca), folhas (Fo), frutos/sementes (Fr), raízes (Ra) e seivas/óleos (So); ii) zooterápicos: banha (Ba), bÍlis (Bi), cauda (Cd), genitÁlias (Ge) e pele/couro (Pc).

Regiões de várzeas na Amazônia brasileira	Espécies da Flora						Espécies da Fauna						
	Nomes	Uso Fitoterápico					Nomes	Uso Zooterápico					
		Ca	Fo	Fs	Ra	So		Ba	Bi	Cd	Ge	Pc	
Baixo rio Amazonas	AçaÍ			x	x		Jabuti	x					
	Acapurana	x	x	x			Macacos	x			x		
	AmapÁ					x	Sucuri	x					
	AnanÍm					x							
	Andiroba			x		x							
	Bacaba			x									
	Cumarú		x	x									
	IngÁ	x		x									
	MarupÁ	x			x								
	Pracaxi					x							
	Outras espécies (49)												

Fonte: Projeto Várzea. Elaboração: SÍlvio Miranda Santos. 2020

As comunidades florestais estudadas, abordadas em dois tempos, 2008 e 2014, revelam a persistente busca de recursos naturais para cura dos males físicos e espirituais, não obstante a presença de projetos de derruba de espécies florestais com fins comerciais, sem medidas protetoras às plantas que servem a interesses sociais, como a saúde e a habitação.

Nessas áreas, foram registradas 96 (noventa e seis) espécies utilizadas nas comunidades, das quais 59 (cinquenta e nove) têm uso fitoterápico, sendo 10 (dez) as mais empregadas pelos moradores. Frutos e sementes, seguidos de cascas, óleos e seivas, são as partes das espécies florestais mais usadas como fitoterápicos. Quanto ao emprego da zooterapia, apenas 03 (três) animais foram menciona-

dos, sendo a banha o produto mais usado.

No que tange à distribuição e ao uso das espécies vegetais e animais indicadas nas quatro Tabelas, é possível tecer as seguintes considerações:

Nas quatro regiões etno-fisiográficas estudadas, cerca de 200 (duzentos) indivíduos botânicos e 20 (vinte) animais constituem a farmácia ofertada pela natureza das várzeas aos ribeirinhos, embora nas Tabelas estejam listados plantas e animais mais usados. Quatro espécies vegetais, o Açaí, a Andiroba, a Bacaba e o Pracaxi, aparecem em todas quatro regiões, entre as 10 (dez) espécies mais usadas. O Taperebá, a Virola, o Jutá e a Embaúba não foram mencionados na região do Baixo Amazonas – entretanto, não significa inexistirem naqueles “jardins fitoterápicos”; deixaram de ser citados apenas. Situação análoga ao Ingá e ao Marupá, nas comunidades da foz do rio Amazonas. Podem estar lá, mas não são usados. A Seringueira só foi mencionada entre os habitantes das comunidades da foz do rio Amazonas; a Acupurana, o Amapá e o Cunani entre os ribeirinhos do Baixo Amazonas.

É interessante notar que o uso das folhas, sempre imaginado com a parte do vegetal mais comum na fitoterapia, não se fez presente nas quatro regiões: frutos e sementes são as partes mais utilizadas na medicina fitoterápica.

A banha é o produto zoterápico por excelência, em todos os contextos ecossistêmicos e comunitários.

Quanto aos usos fitoterápicos abordados, constatou-se que, entre as 10 (dez) espécies dominantes, 04 (quatro) delas são comuns às regiões apresentadas. Entre essas espécies vegetais, o Açaí e a Andiroba já possuem uma caminhada de uso bastante conhecida. Enfatiza-se o uso do Açaí como energético com domínio mundial. Citam-se ainda a Bacaba e o Pracaxi presentes nas quatro etno-fisiografias estudadas.

Os tópicos aqui discorridos possibilitam considerar dois aspectos: o primeiro é avançar os conhecimentos para um uso mais amplificado dessas quatro espécies vegetais, muito além da alimentar e cosmética. Quais os “serviços” de uso comunitário podem ser potencializados por outras frações botânicas das plantas inventariadas, além dos frutos e sementes predominantes?; o segundo é visualizar as 10 (dez) espécies de cerca de 200 (duzentas), uns 5% apenas, eleitas com valor de uso pelas comunidades ribeirinhas.

Por fim, apesar de se tratar apenas de um recorte da riquíssima flora amazônica, custa preservar essas espécies com medidas sérias de proteção ambiental, e entregar às comunidades a sua jardinagem?

6. COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA: TRADIÇÃO PARA UMA ECOLOGIA INTEGRAL, TRANSFORMADORA E PROFUNDA

A cultura regional local, a crença-espiritualidade e o uso da floresta para cura dos males do corpo e da alma são fatores largamente mobilizados e integrados, mormente naquelas comunidades cuja sobrevivência depende dos recursos florestais. Essas condições, embora relevantes ao equilíbrio sociedade-natureza, tem sido desconsideradas largamente pelas estruturas de poder político-econômico, em razão do apreço ou da identificação dessas estruturas com as tendências de racionalização, burocratização e proletarização; ou seja, com as “McDonaldizações” cujos conteúdos operam para o atendimento da globalização, urbanização e da “mercadorização” de todas as formas de vida criadas nos pós-guerras.

Embora no contemporâneo, comunidade rural seja tratada como sinônimo de atraso, caipiragem, decadência,

subdesenvolvimento, essa entidade territorial, sociologicamente agrupada e com formas interativas e integrativas bem definidas e visíveis, tem sido um dos conceitos de maior importância, desde o nascimento da Sociologia, enfocada principalmente nas abordagens que contrapõem o coletivo daquela e o individual desta sociedade urbana-moderna. São as abordagens *folk-urbano*, cujas teorias clássicas de Ferdinand Tonnies e Robert Redfield e as teorias contemporâneas de Martin Buber e Zygmunt Bauman oferecem interessantes contribuições.

Para que se torne claro o papel dessas formas de vida, vamos apresentar breves considerações sobre as comunidades rurais baixo a umbrela das ciências sociais em geral e da sociológica especificamente.

Nos Estados Unidos, as comunidades rurais, suburbanas e urbanas são objetos de estudos por mais de setenta anos, por entendê-las como “laboratórios vivos”, onde se pode experimentar e compreender os profundos efeitos das mudanças tecnológicas carreadas na agricultura, na indústria e nos serviços, além de instrutivas nas avaliações empíricas dos modelos de mudanças sociais, trazidos ao “terreno” pelas operadoras das políticas públicas de desenvolvimento. Emblemática nesse “approach” foi a obra *The Eclipse of Community* (STEINE, M.1964), ao comentar os efeitos da “sociedade de massa” nas comunidades rurais americanas. Alguns estudos, por exemplo, revelavam impactos específicos, semelhantes aos projetos de apropriação e uso de recursos energéticos, sempre colocados para as comunidades como “aliviadores” de vários problemas comunais: pobreza, desemprego, êxodo rural, entre outros. Entretanto, quando avaliados, demonstravam resultados contraditórios, insuficientes, além de trazer para as comunidades rurais efeitos colaterais perversos, tais como rupturas nas relações sociais estabelecidas,

insuficiente oferta de emprego para os residentes locais e assim por diante, conforme foi demonstrado na obra *The Impacts of Energy-Resources Projects on Rural Communities in the Western United States* (Don E. Albrecht, et.ali., 1985). Além dessas vertentes avaliativas, as comunidades foram muitas vezes abraçadas integral e intensivamente pelas universidades e seus diferentes programas de graduação e pós-graduação visando o suprimento de informações estratégicas ao desenvolvimento comunitário, segundo enfatiza Lorraine Garkovich (1985) no artigo *Serving Small Community Information Needs Through Academic Programs*: “In Summary, the primary goal of experimental learning-researching is the application of knowledge to facilitate the understanding of problems and to provide a basis for the development of possible solution”.

No Brasil, nos Anos 1950, Oracy Nogueira em Comunicado feito na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, no Rio de Janeiro (1953), dizia que as informações que ele apresentava serviam para mostrar a importância dos chamados “estudos de comunidade” no Brasil, os quais ele pontuava como “verdadeiro movimento intelectual, o mais vigoroso até aquele momento, na história da pesquisa sociológica no país, e cujo objeto era o conhecimento da realidade nacional.” Na ocasião, quatro estudos de comunidades realizados no Brasil já se encontravam publicados, que em ordem cronológica seguem descritos:

1. O de Emilio Willems, em 1947, abordou a tradição e a transição de uma cultura rural no Brasil, tendo com local de estudo o município de Cunha em São Paulo;
2. O de Lúcia Hermann, em 1948, sobre a evolução da estrutura social do município de Guaratinguetá, São Paulo;

3. O de Donald Pierson, em 1951, sobre Cruz das Almas: *A Brazilian Village*;
4. O de Charles Wagley, em 1953; *Amazon Town, A Study of Man in the Tropics*.

Nogueira (1953) mencionou 17 estudos, conduzidos por estudiosos, entre os quais, Wagley, Pierson e Siegel, realizados em comunidades desde o estado do Pará, no Norte, até o estado de Santa Catarina, no Sul. Tais estudos trouxeram às Ciências Sociais brasileira, contribuições teóricas e práticas encerradas na etnografia, demografia e interações sociais, mas quase nenhum aporte sobre os impactos diretos das ações públicas ou privadas quanto à infraestrutura energética e de transporte nessas comunidades. Essa mesma trajetória aparece em outros estudos seminais sobre comunidades, a exemplo, as pesquisas de Antônio Candido (*Os parceiros do Rio Bonito*, 1971) e Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o campesinato e as transformações no meio rural brasileiro, entre 1960 e 1976. Esses estudos tematizavam os substanciais câmbios na sociedade rural brasileira, inclusive nas comunidades rurais, em função da modernização dos padrões de uso da terra decorrentes da crescente capitalização da agricultura brasileira. Considerando os comentários de Oracy Nogueira (1953), esses estudos já indicavam as tendências das esferas públicas de concentrarem recursos na solução dos problemas urbanos em detrimento dos que afetavam os núcleos rurais. As mudanças conservadoras implicavam em demasiada a migração rural-urbana, deixando em vilas e povoados aquelas figuras a quem o próprio sistema econômico nada oferecia: mulheres, crianças e idosos; preservavam-se, todavia, as comunidades rurais que permaneciam como marco territorial com suas minorias humanas. Mesmo na Amazônia, não se conheceu qualquer cidade, vila ou po-

voador, literalmente “varrida(o) do mapa” pelo declínio da produção da goma elástica a partir do início do Século XX (1910), em função da elevada produção gomífera nas possessões britânicas, francesas e holandesas da Ásia Menor. Houve declínio populacional, redução das atividades econômicas, mas nunca deixaram de permanecer com categoria política original. Fordlândia, Belterra e Jari são exemplos de fracasso das atividades pioneiras, sem que os núcleos urbanos originais desaparecessem. Indaga-se: quais fatores podem ter sido responsáveis por tais estabilidades territoriais?

Nos tempos atuais, diferentes situações vêm acontecendo com as comunidades submetidas a fortes impactos decorrentes de projetos vindos para Amazônia nos anos 70, sobretudo na área da geração de energia. Foschiera (2010), em pleno auge dos movimentos sociais contra a edificação de barragens, aponta as UHE no rio Tocantins (Tucuruí), no rio Madeira (Santo Antônio) e no rio Xingu (Belo Monte) com responsáveis por dezenas de milhares de deslocamento de populações nativas, devido à inundação de suas terras e ao completo desaparecimento decorrente da submersão de suas comunidades rurais. Há documentário fotográfico revelador sobre como vivem hoje dezenas de índios e povos tradicionais do rio Xingu, que foram forçados a abandonar suas comunidades, suas casas e seus meios de subsistência, desaparecidos, em razão das obras de edificação da UHE de Belo Monte (PA). Mais de 20 mil pessoas desalojadas; vilas ribeirinhas desmontadas e montadas longe da paisagem original; o rio Xingu desfigurado quanto ao seu ecossistema aquático onde habitam espécies endêmicas de peixes e tartarugas. (Máximo Anderson e Aaron Vicent Elkaim. Mongabay; Séries Infraestrutura na Amazônia, 2018).

Na Amazônia, há agora muito mais violência pra-

ticada contra comunidades tradicionais em razão de obras indesejáveis àqueles povos naturais, embora não se trate de uma exceção, conforme demonstram Zander Navarro (1996) para o estado do Rio Grande do Sul e Marina Calisto Alves (2019) para o estado do Ceará, ao estudarem as lutas sociais decorrentes da aplicação de modelos de desenvolvimento excludente de ocupantes primários da terra, trabalhadores rurais; os efeitos perversos dos reassentamentos dos povos atingidos por barragens, entre outros efeitos, mostraram que, no Sul rico ou no Nordeste deprimido, a violência tem o mesmo padrão de arrebentação das estruturas sociais, ou seja, desloca massa humana para outros ecossistemas alheios às tradições culturais originais. Nesse contexto, clama-se pela valorização das comunidades ribeirinhas e suas imbricações culturais, fatores que ajudam esses núcleos a mover-se adiante.

Um desses movimentos é o uso dos entornos florestais comunitários onde a população coleta produtos, avalia e apreende processos vivenciais e usa serviços oferecidos pela mata que lhe proporciona condições de vida indispensáveis à reprodução social. Entre essas buscas, estão os produtos, processos e serviços pertinentes à cura dos males do corpo e do espírito, mediante a arte medicinal natural popular. Essa prática não existe por mero capricho de seus habitantes; existe porque as comunidades sobreviveram até então, graças as suas medidas culturais, como os ritos afro-indígenas, a saber: umbanda, candomblé; pajelança, benzedura, chupão e beberagem; quimbanda e cabula.

Rico acervo de informações pertinentes às relações sistêmicas entre religiosidade, meio ambiente e etnobotânica, com um escopo bastante regional e comunitário, pode ser encontrado na obra “Uma abordagem etnobotânica na Tenda de Umbanda ‘Casa de Tupinambá, Tracuateua, Pará” (2017), na qual o autor Natho Júnior Gomes de

Oliveira, mobilizando sua própria experiência, coloca as conexões entre a religião e o ambiente como desafio epistemológico a partir das relações entre a comunidade, as práticas sincréticas-religiosas e os recursos naturais. Complexas, afirma o autor, porque se evidenciam por meio de crenças e mitos de diferentes culturas. Tanto assim, Araújo (2014) afirma que as religiões de matriz africana possuem em olhar especial sobre o meio ambiente de onde emana a força da existência e o poder. Outra chamada importante no discurso de Oliveira (2017) diz respeito a uma afirmação de Leff (2009) sobre o conhecimento tradicional oferecido nos rituais sincréticos-religiosos-afro-indígenas: os praticantes mostram um perfil bastante eclético, sem domínio de gêneros, nível educacional, religiosidade. Na “Casa”, homens e mulheres são paritários nos ritos praticados: os praticantes são jovens, cuja média das idades é de 33 anos (45 anos – 15 anos); possuidores de curso superior, concluído ou incompleto, totalizam 40%, os de nível médio percentualizam 30%. Quanto à religião dos praticantes, 72% são católicos, 27% espíritas. Importante relato para a finalidade dessa minúscula obra, é a convergência que se defende entre a cultura, a fé e a medicina popular, trilogia presente com mais força nas comunidades rurais tradicionais da Amazônia, conforme tem sido ressaltado. Os médiuns da “Casa de Umbanda Tupinambá” trazem significados para natureza de respeito profundo quando expressam:

... uma preocupação em tirar e colocar aquilo que se retira da natureza e um cuidado para não agredir o meio ambiente, em função do respeito aos espíritos que acreditam estarem presentes nas matas....

... É um ponto de força, no qual se encontra o seio e o domínio de pai Oxóssi...

... A natureza tem que ser preservada, cuidada para não

haver desmatamento, toda vida depende dela....

... É fonte de ar limpo, um lugar de conexão com os espíritos é vida...

... A natureza é a mãe das energias, nela estão todos os elementos que precisamos para sobreviver. A natureza é ainda: A criação de tudo, Deus em sua sublime evidência, é o equilíbrio de tudo, vida, alimento e energia...

Cerca de 109 espécies vegetais são usadas nos ritos de cura da alma e do corpo; motivo de serem os umbandistas pessoas atentas às agressões contra a natureza: matas, rios e mares. “O desmatamento é tido como o principal responsável pelo fato de não se encontrar mais determinadas plantas na mata para os rituais religiosos”. “Faltam ervas para as oferendas e fica cada vez mais difícil encontrar ervas medicinais também”.

Cerca de 90% dos membros da Tenda afirmaram que o desmatamento no município tem aumentado de forma significativa nos últimos anos.

“Sem folha não tem sonho, sem folha não tem festa, sem folha não tem vida, sem folha não tem nada”

(uma letra, um cântico de Maria Betânia)

TUDO ESTÁ INTERLIGADO

A LAUDATO SÍ nos ensina-pedindo para ampliarmos o nosso olhar e a liberdade humana como meio de limitar a técnica, colocando-a a serviço doutro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral, porque nem sempre é desejável a permanência do paradigma tecnocrático. Comunidades de pequenos produtores podem optar por sistemas de produção menos poluentes, defendendo um modelo não consumista de vida,

alegria e convivência (Cidade Nova, setembro, 2020). Por isso, torna-se tesouro de alternativas recorrer às diversas sabedorias dos povos ribeirinhos com sua arte, poesia, vida interior e espiritualidade. As jornadas de extensão, ensino e pesquisa encetadas pelos projetos Várzea e Bio-Fauna da UFRA, ao longo dos rios, ensinou que a religiosidade ribeirinha pode ser mobilizada como aliada em defesa do meio ambiente: “São necessários os talentos e o envolvimento de todos para reparar o dano causado pelos humanos sobre a criação de Deus”, dizem os bispos da África do Sul, refletindo a Carta Pastoral de Francisco. Palha e Tourinho (2009) indicam três razões para se conversar com a população ribeirinha sobre a religião e a religiosidade, haja vista o princípio das relações sistêmicas entre a população ribeirinha e os recursos naturais que preenchem a vidas de suas comunidades: a razão primeira está ligada à governança, pelo fato de essas comunidades serem exercidas por líderes religiosos, em face da ausência de gestores dos poderes municipais; seguindo, as figuras pastorais são em si mesmas uma organização burocrática que expressam muito bem racionalidades locais para ações efetivas; e a terceira razão, dizem os autores, a religião é na verdade o “cimento” social da vida ribeirinha, na melhor concepção durkheimiana.

Concluem os autores que a região marajoara-estuarina do rio Amazonas favorece uma percepção sobre a ligação cósmica entre o Criador e a Natureza, como obra sua. Só não vê e sente essa ligação aquele que não quer ver, por ser insensível, egoísta e dominado por interesse meramente material. Para apreender e desenvolver essa “Teologia da Libertação”, na sua derivação “Natureza”, é preciso buscar os cristãos-irmãos que vivem bem juntinhos, nela, entre os rios e as matas, nas pequenas comunidades, como as do estuário amazônico, e onde eles podem se perceber como cultivadores e guardiões do jardim do Éden.

Para essas comunidades, não importa se estão categorizadas como economias de subsistência ou sobrevivência pelos protocolos do desenvolvimento capitalista que lhes impõem expropriações, haja vista seus atributos comunais e coletivos serem considerados periféricos ao mercado capitalista. Entretanto, esse fato ajuda as comunidades ribeirinhas a se situarem fora do comércio de ansiedades fabricado pelo lucro e competição. E, em virtude de as matas serem recursos essenciais na vida ribeirinha, tornam-se imprescindíveis a conservação e a preservação da natureza, pois lhes afeta a reprodução social. Sendo assim, pode-se repassar tal incumbência à própria comunidade em parceria com o estado. Estariam protegendo aquilo que lhes toca a Vida diretamente.

Por fim, as deduções reveladas neste texto podem alimentar o debate recorrente entre comunidade e sociedade, enfocando as teorias que contrapõem as relações sociais comunitárias à individualização, sublimadas no contemporâneo urbano-capitalista.

Entre as teorias prontas a acudir este debate, menciona-se a teoria marxista, que nos inspira a um novo processo sociometabólico do capital. Novas formas de interação com a natureza, onde os espaços comunitários revelariam alternativas à (des)mercantilização de uma necessidade, tornando-se em amplo sentido, donos dos processos produtivos.

Outra teoria disponível provém da abordagem “Comunidade e Sociedade”, construída por Tonnies para argumentar que as ideias filosóficas de comunismo e socialismo ainda são presentes, sobretudo nas sociedades capitalistas, nas quais o credo do individualismo leva a uma gradual alienação imposta pela moderna sociedade, ao contrário das comunidades tradicionais, em que os elementos contratais se inspiram nas práticas coletivas.

O pensamento buberiano (de Martin Buber), embora inspirado em Tonnies, defende a ideia de “Comunidade Autêntica”, a que se manifesta na relação direta entre atores e rejeita o “individualismo atomístico” e o “coletivismo totalitário”. Comunidade é uma pluralidade que deve ser preservada da subordinação a qualquer aparelho unificador, como o Estado, a associação, o sindicato ou o partido.

Por sua vez, Baumann propõe o paradigma da segurança: a comunidade seria aquela unidade social que nos carrega com a sensação de paz, aconchego; um lugar de vários significados, inclusive aqueles invocados para enfrentar as “patologias da sociedade atomizada”, causadas por (intencionais?) políticas públicas cujos efeitos colaterais levam à desigualdade de acesso aos recursos, que impedem um conviver num modo de vida não capitalista adotado e assimilado milenarmente.

Todos quatro approaches são formas de apreço pela mensagem da “Agonia de Tântalo”, mencionado em Bauman (2003) Tântalo, tinha excelente relação com os deuses, entretanto abusou da confiança divina, tornando-se arrogante a ponto de se acreditar mais sábio que os deuses, pensou ele. Assim sois o modelo capitalista de mercado, ao afirmar que nada lhe supera como mentor de felicidade humana; enorme mentira porque nenhuma quantidade de trabalho ou de suor seria suficiente para trazer de volta a serena alegria da vida comunitária, da produção coletiva, das formas de mercado humanizados.

Entendimento *versus* Consenso são as conduções sociais dominantes no antagonico ou continuum *Gemeinschaft - Gesellschaft*. “O consenso não é mais do que um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade, e murros ocasionais”. Ao contrário, o entendimento ao estilo comunitário,

casual, não precisa ser procurado, e muito menos construído, porque esse entendimento já está lá, é entendimento disponível, completo e pronto para ser usado. Tal entendimento, arremata Zygmunt Bauman (2003), não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É a característica que separa a comunidade de um mundo de amargo desentendimentos violentos, competição, trocas e conchavos inconcebíveis. Goran Rosenberg enalteceu esse entendimento comunitário chamando-o de “círculo acolhedor”, no qual a lealdade humana não deriva de uma lógica social externa ou de qualquer análise econômica de custo-benefício.

O capitalismo parasitário não habita os “círculos acolhedores.” O pensamento único, homogêneo da sociedade de mercado, declara abertamente ser contraprodutora qualquer organização social que não tenha a competição e o lucro como essencialidades. Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não pode lidar individualmente. Nesse sentido, comunidade abarca o significado de “recurso compartilhado” natural e tácito.

Ao final, convém buscar nas comunidades os produtos, processos e serviços que qualificam melhor as relações sociais de produção para o alcance de uma ecologia integral. As comunidades ribeirinhas da Amazônia são ofertas vivas para essas novas possibilidades. Experimentemos!



Hamilton Braga

Hamilton Braga



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. **Do Direito de Ser Religioso**. São Paulo. Jornal Nacional da Umbanda. v. 15. 2011.
- BAUMANN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro, Zahar,2003. 141p.
- BATES, H.W. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. São Paulo, Editora da USP, 1979. 300 p.
- BENCHIMOL, SAMUEL. **Amazônia formação social e cultural**. Valer Editora. 2009. 546 p
- BLUNTSCHLI, HANS. **Amazônia como organismo harmônico**. Ma-naus, INPA. 1964. 37 p.
- BREDEMEIER, H.C.; STEPHENSON, R.M. **The Analysis of Social Systems**. New York. Holt, Rinehart and Winston .1962. 411p
- BUBER, M. **Sobre Comunidades**. São Paulo, Perspective, 1987. 136 p.
- EINSTEIN, A. **The philosophy of Albert Einstein: writings on art, science, and peace**. Walt Martin and Magda Ott (editors). New York: Full River Press, 2015. 151 p.
- CAMARGO, M.T.L.A. **A Religiosidade na Medicina Popular**. Revista Nures, Nº 26, janeiro-abril, 2014. 1-8 p.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo. Edusp, 2017. 334 p.
- DURKHEIN, E. **The Elementary Forms of Religious Life**. New York: The MacMillan Company. 2012,.476p.
- FALCOSKI, M.H.S. **Itaboca na Pororoca; uma Fazenda na Amazônia** Belém.2006. 197 p.
- FALESI, I.C e SILVA, B.N.R. **Ecosistemas de Várzeas da Região do Baixo Amazonas**. Belém, Embrapa Amazônia Oriental,1999. 75 p.
- FOSCHIERA, A.A. **Conhecendo a Trajetória de Organização dos Atingidos por Barragens**. Uberlândia. Caminhos de Geografia. 2010. v.11. n.36. 15 p.
- FOSTER. J.B. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.418 p.

FRANCISCO I. **Carta Encíclica “Laudato Sí”** São Paulo, Paulinas, 2015 197 p.

FRANÇA, I.S.X., SOUZA, J.A., BATISTA, R.S., e BRITO, V.R.S. **Rev. bra.enferm.** vol.61(2): 201-208. Brasília. Mar/Apr.2008

GAMA, J.R.G., PALHA, M.D.C., SANTOS, S.R. **A Natureza e os Ribeirinhos.** Belém. Universidade Federal Rural da Amazônia. 2009. 348p.

GUIMARÃES, M. R. Ricardo Balestreri. **Paz, reflexões em torno de um conceito.** DHnet, Direito Humanos na Internet, 2020, 8

GONÇALVES, G.L. Apresentação. In: Kevin B. Anderson. **Marx nas Margens:** nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo, Boitempo, 2019. 399 p.

HEATON, H.C. **The Discovery of the Amazon.** New York, American Geographical Society. 1934, 467 p.

HOMMA, A.K.O. Prefácio. In: Rubens Rodrigues Lima et al. **Várzeas Fluviomarinhas da Amazônia Brasileira:** característica e possibilidades agropecuárias. Belém, UFRA,2001.342 p.

HUGO, VICTOR. **Desbravadores.** I Volume. Rio de Janeiro. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991. 293 p.

KEVIN, B.A. **Marx nas Margens:** nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais. São Paulo, Boitempo, 2019.399p.

LAURA, D.S., SILVIO, R.M.S. e HOMCI, V.P.B. **Relatório Técnico.** Diagnóstico Preliminar da Comunidade de São Luís – Caripi, Município de Igarapé-Açu (PA). Equipe Remanescentes Florestais. Belém, UFRA,2010. 20 p.

LAKATOS. E. M; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica.** São Paulo. Editora Atlas. 1992. 249 p.

LEANDRO, T. **O Rio Comanda a Vida:** uma interpretação da Amazônia. Manaus, Editora Valer,2000. 422 p.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: A Reapropriação Social da Natureza.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, R.R. **A Agricultura nas Várzeas do Estuário do Amazonas.** Belém. Instituto Agronômicos do Norte. 1956. 164 p. (Boletim Técnico 33)

LIMA, R.R., TOURINHO, M.M. COSTA, J.P.C. **Várzeas Fluviomarinhas da Amazônia Brasileira:** características e possibilidades agropecuárias. Belém, UFRA, 2001. 342 p.

- LUCIO, C.S. **Amazônia**. Rio de Janeiro, CNG,1963. 341 p.
- LOOMIS. C.P. **Social Systems**. New York. D.Van Nostrand Company, Inc. 1960.349 p.
- LOPES, D.L. **Qual a Origem da Fé?** Revista VEJA-Ciência. 2015 (outubro). 4 p.
- LOUREIRO, J.J.P. **Água da Fonte**. São Paulo, 2008. 204 p.
- MARINA, C.A. **A Reconstrução da Dinâmica Socioprodutiva em Comunidades Rurais Atingidas por Barragens: Uma análise do reassentamento Novo Alagamar**. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. 2019.156 p.
- MARTIN, W., OTTO, M (Editors) **The Philosophy of Albert Einstein**. New York, Fall River Press. .2015. 151 p.
- MELO Jr.L.C.M., SILVIO, R.M.S., LIMA, A.S.L.S (Organizadores) **Arapuins + 5: o ordenamento territorial incompleto**. Curitiba: Appris, 2019.235p.
- NAVARRO, Z.. **Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 1996. In: Política, protesto e cidadania no campo. 43 p.
- NOGUEIRA, O. **Os estudos de comunidades no Brasil**. In: Revista de Antropologia, Ano 3, No 2. 1953.
- OLIVEIRA, N.J. G. **Uma Abordagem Etnobotânica na Tenda de Umbanda Casa de Tupinambá, Tracuateua-Pa**. Capanema. Universidade Federal Rural da Amazônia. 2017. 106 p.
- PALHA, M.D.C. **A Natureza e o Ribeirinhos**. Belém. Universidade Federal Rural da Amazônia. 2009. 348 p.
- POPPLIN, D.E. **Communities: A Survey of Theories and Methods of Research**. New York MacMillan Publishing Co., Inc. 1979. 334p.
- RIBEIRO, N.F. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília, Senado Federal, 2005. 504 p.
- REBELLO, F.K. e HOMMA, A.K.O. **História da Colonização do Nordeste Paraense: uma reflexão para o futuro da Amazônia**. Belém, EDUFRA, 2017.153p.
- REPAM. **Sínodo para a Amazônia**. Brasília, Repam, 2020. 3 p.

ROSA, C.; CAMARA, S.G.; BÉRIA, J.U. **Representações e intenções de uso da fitoterapia na atenção básica à saúde**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.16, n.1, p.311-318,2011.

SANTOS, P. **Qual é a Origem das Religiões?** *Periodista Digital*. (<https://www.periodostadigital.com/cultura/religion/20190623/origem-religiones-noticia-689403897065/>)

SAVIOLI, R.M. **Fronteiras da Ciência e da Fé**. São Paulo. Gaia. 2006. 175 p.

SEQUEIRA, Z. **O Brasil é o país mais ansioso do mundo**. *Revista TROPPO+Mulher*. Bel689403ém, *Jornal "O Liberal"*, edição de 13 setembro 2019.p.15.

SOROKIN, P.A. **Social and Cultural Mobility**. New York. The Free Press, 1964. 645 p.

SILVA, S.B. **Belém e o Ambiente Insular**. Belém, EDUFRA, 2010. 165 p.

SOUZA, L.H., RIBEIRO, G.S., AMARAL, C., L., F., ALVES, J., S. **Plantas na medicina popular: a força da tradição**. *Arquivos*, v.1, n.2, (2004) (???)

TONNIES, F. **Community and Society**. East Lansing, Michigan State University Press,1957. 298 p.

TOURINHO, M.M., GAMA, J.R.V.G., PALHA, M.D.C., SANTOS, S.R.M e MATTAR, P.N. (Organizadores) **Mamuru-Arapiuns: uma região amazônica em disputa**. Belém, EDUFRA, 2014. 229 p.

POST SCRIPTUM

Quando eu é um outro ou quando o outro é sou eu

OP.S. é usado aqui com propósito dialético, mais que retórico. Isso porque insistir na preservação da comunidade como aqui foi tratada ou apresentar argumentos de que as civilizações pré-colombianas existentes na Amazônia antes do assalto europeu poderiam ter levado a um outro processo “civilizatório” - se não dizimadas -, bem distante do atual e com oferta de melhores e mais inteligentes formas de preservar, produzir, distribuir e evoluir com mais equidade. Dizimar esses grupos sociais, tomar de assalto os territórios comunais, desvalorizar os seus conhecimentos, negar-lhes direitos humanos centenários, é promover, pela indução do Estado nacional, um holocausto “gota-a-gota” contra esses povos ribeirinhos e suas comunidades naturais.

Desde os anos 60 intensificou-se na Amazônia um tipo de desenvolvimento trazido de ‘fora para dentro’ que endeusa a acumulação capitalista e demoniza qualquer proposta de usar com sabedoria os recursos naturais. A Amazônia urbanizou-se antes de agrarizar suas comunidades tradicionais para a produção coletiva autossuficiente e sustentável em amplos contextos, como segurança alimentar, emprego pleno, gestão participativa, comercialização-meio e não comercialização-fim, ampliação dos coletivos meios de produção, tecnologias humanizadas.

Agora estamos com enormes desafios: além do respeito às comunidades tradicionais ribeirinhas e ao povo beiradeiro, é indispensável lembrar que existem países de revoluções vitoriosas baseadas na ativação das potencialidades comunitárias porque forçaram, tanto o capitalismo fazer concessões ao “individualismo atomístico”, como o

socialismo ao “coletivismo totalitário”, ampliando as possibilidades da “reinserção dos desenraizados” conforme Zygmunt Bauman (2003) à luz de programas e projetos de “terceira via” abonado por um Estado comunitário, coletivo e popular, que reconhece e concede às comunidades, artífices livres e soberanas, a missão de construir suas próprias formas e substâncias, a partir das suas ofertas e necessidades; nada além disso.

Se o Estado brasileiro assumir suas obrigações como provedor da saúde, da educação e da segurança dos territórios comunitários, as comunidades caminharão o resto da estrada sozinhas.

Ah! Antes que eu esqueça, uma lembrança P.S: se você leu o livro e se sente atraído pelo assunto em torno da preservação e do desenvolvimento integral-sustentável das comunidades tradicionais, venha contribuir com o debate. Junte-se a mim: varzea@ufra.edu.br e você vai conhecer outras pessoas envolvidas com o tema.

